

25/5 61
075

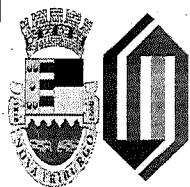
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

PROCESSO
ADMINISTRATIVO / CPL

Nº 025 / 2015

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Objeto: Contratação de empresa para
prestação de serviços de Seguro Predial

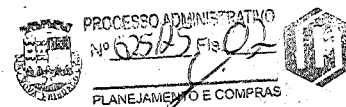


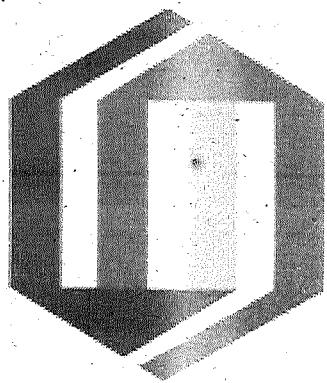
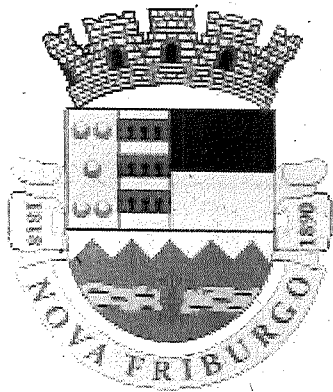
Câmara Municipal - Nova Friburgo - RJ
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02025/08/04000667

Número / Ano	000667/2025
Data / Horário	04/08/2025 - 13:28:10
Assunto	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Interessado	DEPTº COMPRAS E PLANEJAMENTO/C.M.N.F.
Natureza	Administrativo
Tipo Documento	PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Número Páginas	58
Emitido por	aluizio





CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025475/23
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Nova Friburgo, 01 de agosto de 2025.

A Ilma. Sra. Agente de Contratação

Memorando 076/2024

Ilma. Servidora,

Considerando a manifestação da seguradora quanto a necessidade de avaliação para prorrogação mais próximo ao vencimento do contrato, fato este que pode prejudicar o planejamento das contratações, venho por meio deste encaminhar o Termo de Referência para a contratação de serviço do seguro predial de acordo com o já existente.

Todavia, solicito que após realização da pesquisa de preço e na hipótese do preço atual se demonstrar vantajoso para o Poder Legislativo que sejam devolvidos os autos aos gestores/fiscais do contrato para nova tentativa de contato com a seguradora a respeito da ratificação ou não do interesse.

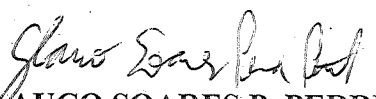
Ressalto que o presente caso dispensa a elaboração do Estudo Técnico Preliminar baseada no artigo 44 inciso IV da Resolução Legislativa 2.555 de 30/03/2023.

Atenciosamente,


PATRICIA MAIA N. STUTZ

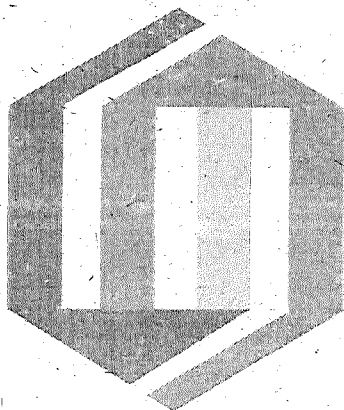
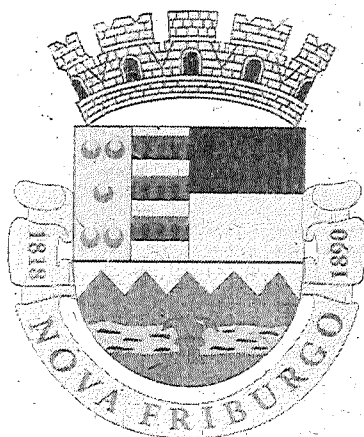
Diretora de Planejamento e Compras

mat. 2164


GLAUCO SOARES P. PERRUT

Auxiliar Administrativo

mat. 1580



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/25 FIS 07
PLANEJAMENTO E COMPRAS



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CI Nº 0016/2025

De: Hans W. Ulrich e Rafael Gripp

Para: Diretoria de planejamento e Compras – Sra. Patrícia M. Stutz

Assunto: Avaliação do Contrato 019/2024 – Seguro Predial.

Nova Friburgo, 08 de julho de 2025.

O contrato hora em vigor, 019/2024 acerca do Seguro Predial da Câmara Municipal de Nova Friburgo, apólice: 118 86 4064016 tendo como fornecedor, a empresa: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60.

A apólice está em vigência: A partir das 24h do dia 04/12/2024 até as 24h do dia 04/12/2025. Tendo transcorridos até esta data, sete meses de contrato, não foram acionadas quaisquer coberturas, sejam danos elétricos, quebra de vidros, etc. Dessa forma ainda não temos elementos para uma avaliação mais aprofundada acerca dos serviços da contratada, contudo avaliamos como positiva, sem nada que desabone a empresa para uma futura contratação.

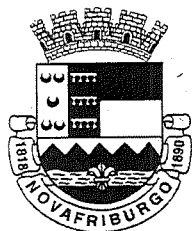
Contudo visto a Câmara não ter acionado uma única vez seus serviços, gostaríamos de nutrir a expectativa de uma reavaliação no valor total do seguro para uma redução de seu montante na hipótese de uma futura contratação.

Ainda com relação ao valor do montante da atual apólice, de R\$ 24.184,01 (vinte e quatro mil cento e oitenta e quatro reais e um centavo), mantemos nossa visão sobre a contratação de serviços de seguro menos dispendiosos e com similar proposta sobre as coberturas.

Atenciosamente.

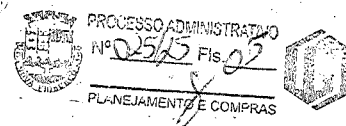
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Hans W. Ulrich
Auxiliar de Patrimônio
Matrícula 2056

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Rafael Lopes Gripp
OFICIAL DE MANUTENÇÃO
MAT: 933



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



Referência: Regulamenta a atribuição de Gestor de Contrato

ANEXO II

CHECK LIST PARA VERIFICAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS

[SIM] [NÃO]

☒ [] A prorrogação está prevista no Contrato e no edital de convocação?

☒ [] O contrato ainda está em vigor?

☒ [] Há comprovação do gestor/fiscal acerca da execução satisfatória do contrato até o momento?

☒ [] Há certidões tributárias negativas atualizadas?

☒ [] Foi solicitada a manifestação de concordância da Contratada?

☒ [] Tem anexa a carta de manifestação de concordância da Contratada?

☒ [] Foi apresentado o Ofício do Usuário Contratante solicitando prorrogação, com justificativa e grau de satisfação dos serviços prestados?

[] [] Foi comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação;

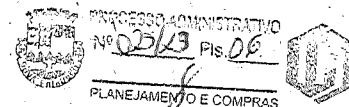
[] [] Foi apurado, em pesquisa, que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;

[] ☒ O prazo total de vigência contratual ultrapassa 60 meses?

[] [] Há minuta do termo aditivo?

Handwritten signature and date 20/06

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL



A

NOVA FRIBURGO CAMARA MUNICIPAL

REF.: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PRORROGAÇÃO SEGURO
(Empresarial – 118. 86. 4064016– VENCIMENTO 04/12/2025).

Prezados Senhores,

A Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, inscrita no CNPJ. 61.198.164/0001-60, sediada na Av. Rio Branco, 1489 Campos Elíseos / SP, através de seus procuradores abaixo assinados, vem informar o interesse em prorrogar a apólice nº 118. 86. 4064016, por mais 12 meses, mantidas as mesmas condições, cláusulas e coberturas, desde que não ocorram sinistros que possa comprometer a estabilidade ora apresentada.

Destacamos que temos interesse na prorrogação, desde que atendido os limites conforme previsto na Legislação vigente. Análise que deve estar devidamente fundamentada e autorizada no processo administrativo pelo superior competente, da respectiva prorrogação.

Aviso importante: Em momento oportuno, próximo ao vencimento da referida apólice, quando então será liberado o orçamento de renovação/prorrogação, haverá nova análise e se constatado alto índice de sinistralidade na apólice ou no CNPJ em questão, poderemos realizar reajuste de valor sobre o prêmio ou mesmo recusar o risco.

LIMITAÇÕES DA PRORROGAÇÃO

↓ EXCLUSÃO DA COBERTURA

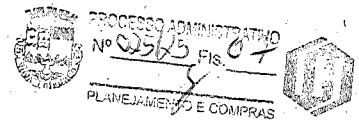
São Paulo, 21 de julho 2025.

LUIS CARLOS
LAVORENTI:0
6037977844

Assinado de forma digital
por LUIS CARLOS
LAVORENTI:06037977844
Dados: 2025.07.21
16:15:28 -03'00'



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:40:51 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **A618.5F6A.6411.9D07**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0565 FIS. 08
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 1149759 - 2025

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 26/05/2025

Validade: 22/11/2025

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)
CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)
CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)
CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)
CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)
CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R EMILIA MARENGO, 451 - CEP: 03336-000)
CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 - Cancelado em: 17/10/2014)
CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001 - Cancelado em: 29/07/2019)
CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100 - Cancelado em: 27/06/2024)
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSÉLHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:43:51 horas do dia 26/05/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 83DC22C1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02525 FIS 02
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 17/08/2023)
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 275 - CEP: 01217-011)
CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)
CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)
CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)
CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)
CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020 - Cancelado em: 11/05/2021)
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010 - Cancelado em: 27/06/2024)
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001 - Cancelado em: 02/04/2024)
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310 - Cancelado em: 27/06/2024)
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-012)
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)
CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 02/08/2019)
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000 - Cancelado em: 29/07/2023)
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)
CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:43:51 horas do dia 26/05/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 83DC22C1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 05525 Fis. 10
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010 - Cancelado em: 22/10/2021)
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002 - Cancelado em: 29/08/2023)
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003 - Cancelado em: 25/08/2023)
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012 - Cancelado em: 27/06/2024)
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURASSU, 00770 - CEP: 05005-000 - Cancelado em: 27/06/2024)
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200 - Cancelado em: 27/10/2023)
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001 - Cancelado em: 02/04/2024)
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 1446 - CEP: 01204-002)
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001 - Cancelado em: 02/04/2024)
CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 27/10/2023)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:43:51 horas do dia 26/05/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 83DC22C1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 25/25 Fis. 11
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (AL BR DE PIRACICABA, 740 - CEP: 01216-012)
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010 - Cancelado em: 15/08/2023)
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)
CCM 6.530.316-4- Início atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)
CCM 6.573.036-4- Início atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 21/08/2023)
CCM 6.951.415-1- Início atv :25/05/2021 (AL NOTHMANN, 316 - CEP: 01216-000)
CCM 6.438.562-0- Início atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 6.438.561-2- Início atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA 2033, 2033 - CEP: 04029-901)
CCM 6.443.965-8- Início atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)
CCM 6.437.282-0- Início atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00653 - CEP: 01216-012)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. Certidão positiva com efeitos de negativa emitida nos termos do artigo 151, da lei 5.172 de 25/10/1966.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 08:43:51 horas do dia 26/05/2025 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 83DC22C1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 015145 FIS. 12
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0001068393-2025
Número do Contribuinte: 008.016.0054-5
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV RIO BRANCO, 1475, CAMPOS ELISIOS - CEP: 01205-001
Cep: 01205-001
Liberação: 09/05/2025
Validade: 07/08/2025

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR. Créditos tributários suspensos, nos termos do artigo 151 do CTN.**

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

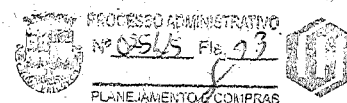
Certidão emitida às 17:15:38 horas do dia 09/05/2025 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 2524ADD2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 61.198.164/0001-60
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/07/2025 a 31/07/2025

Certificação Número: 2025070210340445065835

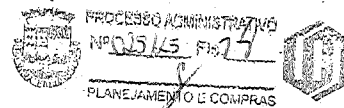
Informação obtida em 11/07/2025 10:45:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa



CNPJ BASE: 61198164

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**Constam os seguintes débitos inscritos em Dívida Ativa
de responsabilidade do(a) interessado(a):**

Relativos a: Taxa Judiciária
Origem: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE:
Situação: Inscrito
CDA
1.412.383.710

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE:
Situação: Inscrito / Suspensão
CDA

1.046.425.343, 1.046.425.365, 1.046.425.376, 1.046.425.387, 1.046.425.398, 1.046.425.432, 1.046.425.443, 1.046.425.498, 1.046.425.510, 1.046.425.521, 1.046.425.532, 1.046.425.543, 1.046.425.598, 1.046.425.810, 1.046.425.821, 1.046.425.832, 1.046.425.843, 1.046.425.854, 1.046.425.865, 1.046.425.876, 1.046.425.887, 1.046.427.608, 1.046.427.620, 1.046.834.052, 1.056.095.414, 1.066.896.883, 1.066.896.950, 1.066.897.193, 1.066.897.493, 1.066.932.396, 1.066.932.641, 1.066.932.685, 1.066.932.730, 1.066.932.908, 1.066.933.007, 1.066.933.230, 1.066.933.351, 1.066.933.362, 1.066.933.451, 1.066.933.618, 1.066.933.630, 1.066.933.784, 1.066.934.028, 1.066.934.039, 1.066.934.250, 1.066.934.363, 1.066.934.428, 1.066.934.617, 1.066.934.661, 1.066.934.672, 1.072.115.400, 1.072.115.433, 1.072.115.455, 1.072.115.600, 1.072.115.644, 1.072.115.700, 1.072.115.800, 1.072.115.944, 1.072.115.977, 1.072.115.988, 1.072.116.043, 1.072.116.165, 1.072.116.210, 1.072.116.454, 1.072.116.465, 1.072.116.600, 1.072.116.721, 1.072.116.798, 1.072.116.821, 1.072.116.832, 1.072.117.609, 1.072.118.285, 1.072.118.296, 1.072.118.320, 1.072.118.341, 1.072.118.374, 1.072.118.896, 1.072.119.030, 1.072.119.229, 1.072.119.440, 1.072.119.473, 1.072.119.562, 1.072.119.640, 1.072.119.718, 1.072.119.751, 1.072.119.818, 1.072.120.280, 1.072.120.591, 1.072.120.769, 1.072.120.814, 1.072.120.858, 1.072.120.869, 1.072.121.124, 1.072.121.313, 1.072.134.496, 1.072.134.796, 1.072.134.830, 1.072.135.151, 1.072.135.162, 1.072.135.195, 1.072.135.251, 1.072.135.473, 1.072.135.618, 1.072.135.762, 1.072.136.040, 1.072.136.161, 1.080.865.760, 1.080.866.104, 1.080.867.858, 1.080.867.869, 1.080.867.870, 1.083.718.547, 1.128.134.703, 1.128.134.714, 1.128.681.258, 1.128.681.269, 1.128.681.270, 1.129.415.015, 1.129.415.059, 1.130.614.141, 1.130.616.561, 1.132.229.171, 1.132.229.182, 1.132.229.205, 1.132.229.216, 1.132.229.238, 1.132.229.250, 1.133.495.451, 1.133.495.462, 1.133.495.473, 1.136.598.444, 1.136.598.544, 1.136.598.555, 1.136.598.588, 1.138.881.170, 1.156.047.071, 1.157.283.624, 1.415.011.612

Relativos a: Multa Ipca
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 61.198.164/0001-60 IE: 108377122112
Situação: Inscrito / Suspensão
CDA
1.265.649.133

Anotação PGE:

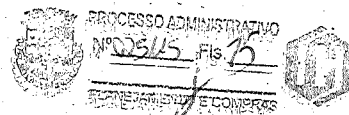
023.00008903/2025-46

A certidão positiva tem efeito de negativa para o(s) débito(s) acima arrolado(s), nos termos do artigo 206 do Código Tributário

Local de emissão : PGE	Responsável :
CRDA nº 65416963 Data e hora da emissão 01/03/2025 17:24:48 (horário de Brasília) Folha 1 de 2 Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Nacional, conforme manifestação exarada pela Procuradoria do Estado no expediente acima indicado. Para elaboração da certidão foram pesquisados todos os débitos inscritos em dívida ativa até a presente data.

Final da Certidão

Local de emissão :

PGE

Responsável :

CRDA nº 65416963

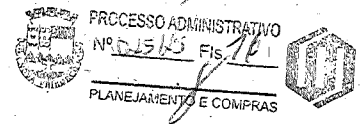
Folha 2 de 2

Data e hora da emissão 01/03/2025 17:24:48 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
DRTC II-PFC - Posto Fiscal da Capital Lapa



CERTIDÃO DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS

Nº 0066991979

CERTIDÃO NEGATIVA

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Inscrição Estadual: 108.377.122.112

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Situação Cadastral: ATIVO

Processo SEI vinculado: 017.00097384/2025-15

Não constam débitos fiscais não inscritos em dívida ativa relativos a **ICMS e ITCMD** até a presente data.

Finalidade: LICITAÇÃO

Avisos:

1 - Esta certidão NÃO versa sobre: (a) Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; (b) Todos os tributos estaduais -- ICMS, IPVA e ITCMD -- caso algum não seja mencionado acima.

2 - Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima indicado, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. Tratando-se de certidão emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados a existência de débito para pessoa jurídica da qual o interessado possa ser sócio.

3 - A taxa de fiscalização e serviços diversos foi devidamente recolhida nos termos da legislação vigente.

4 - Prazo de validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nº 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98).

Local: SFP-31288 - DRTC II-PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Data: 13/05/2025

Responsável pela emissão: Celso Espindola Pinheiro

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Espindola Pinheiro, Agente Fiscal De Rendas**, em 13/05/2025, às 19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Bolognani Martins, Chefe**, em 14/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

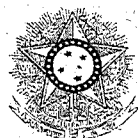
[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0066991979** e o código CRC **2386CEE4**.



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0545 Fls 49
PLANEJAMENTO E COMPRAS





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº _____ Pág. 73
PLANEJAMENTO E COMPRAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Certidão nº: 39575441/2025

Expedição: 11/07/2025, às 10:44:25

Validade: 07/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

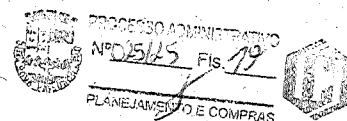
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

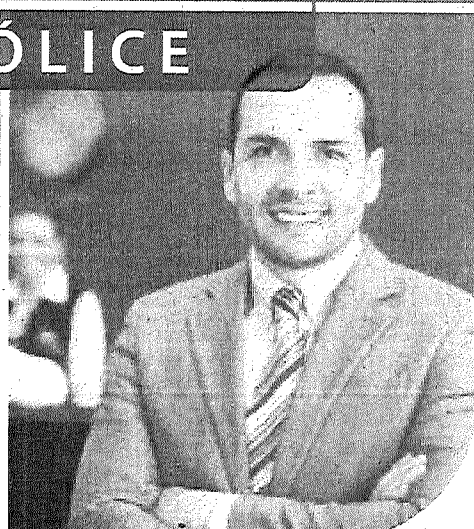
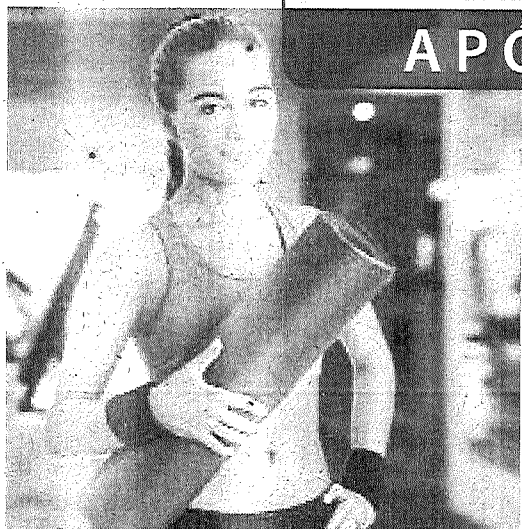


Olá,
NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC

Esta é a apólice do seu seguro
Empresa

Válida até 04/12/2025

APÓLICE



Olá, NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC.

Agradecemos pela confiança em escolher o Porto Seguro Empresa.

A partir de agora, você conta com a tranquilidade de um seguro completo, com coberturas e vantagens na medida certa.

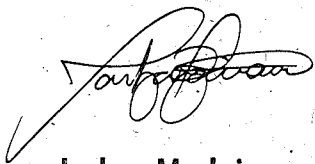
A seguir, você pôde consultar a sua apólice com tudo o que foi contratado. E para consultar as condições gerais do seu seguro acesse porto.vc/condicoesempresa.

Leia com atenção todas as informações da apólice e mantenha seus dados cadastrais sempre atualizados, para facilitar nosso contato, quando necessário.

Se precisar atualizá-los, acesse a Área do Cliente (www.portoseguro.com.br/cliente) ou fale com seu Corretor.

Para a comunicação de sinistro acesse o site www.porto.vc/sinistro_empresa

Um abraço.



Jarbas Medeiros
Diretoria Porto Seguro

Siga-nos nas redes sociais:



Vantagens e benefícios do seu seguro Empresa da Porto Seguro

Estamos felizes de ter você conosco! Com a Porto, você garante a proteção do seu negócio e conta com muitos diferenciais para que a sua jornada conosco seja ainda mais completa. Esperamos que tenha uma experiência incrível e que fique conosco por muito tempo!

Confira o que preparamos para você:



Coberturas sob medida para proteger o seu negócio!

Fique tranquilo! Caso aconteça algum imprevisto, estamos aqui para proteger o seu patrimônio, de acordo com as coberturas que você contratou. Se deseja ampliar a sua proteção, incluindo novas coberturas ou aumentando os limites contratados, fale com seu corretor.



Serviços de assistência 24 horas.

A partir de agora, você conta com os serviços de assistência 24 horas da Porto. Confira em sua apólice o plano contratado e aproveite! Deseja obter um plano de assistência mais completo para ter mais comodidade? Na renovação, solicite ao seu corretor.



Regulação de sinistro ágil e moderna.

- Equipe especializada.
- Possibilidade de inspeção por meios remotos.
- Utilização de drone, se necessário.



Experiência digital simples e ágil na sua interação com a Porto em nossos canais digitais para facilitar a sua interação conosco.

Através do Portal do Cliente no site e via WhatsApp (11) 3003.9303, você terá acesso a:

- Apólice com as informações do seguro contratado.
- Serviços de assistência.
- Avisos e acompanhamento de sinistro.
- Informações de pagamentos.



Porto Plus

Programa de relacionamento da Porto, com acesso a benefícios e recompensas em um único lugar! Descontos em produtos e serviços da Porto e também de lojas parceiras.



Cartão Porto Bank

Verifique se o cartão Porto Bank está disponível para sua empresa e parcela sua próxima a renovação em até 12 parcelas sem juros, acumule pontos e obtenha muitos benefícios exclusivos nos produtos da Porto.

Conheça outras soluções PJ da Porto: www.portoseguro.com.br/para-empresas

Sabia que é possível economizar até 15% na sua conta de energia?

Nossa parceria com a Flora, oferece mais uma novidade para você, cliente Porto!

Sem necessidade de instalar painéis solares, a Flora é uma empresa que entrega energia limpa e com desconto, de forma **100% digital!** Atuando como intermediadora entre geradores de energia limpa e os clientes finais, a Flora viabiliza o consumo mais sustentável de energia, podendo fazer **você economizar até 15%** no valor da conta de luz da sua empresa.

Em meses de bandeira tarifária, a economia pode chegar a 25%.

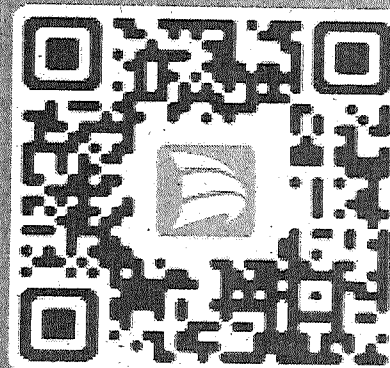
Esse benefício é para você que quer:

- Economizar na conta de energia
- Valorizar o seu negócio
- Contribuir com o meio ambiente
- Aproveitar o valor economizado para investir na melhoria da sua empresa.
- Custear a renovação do seguro Porto Empresarial no próximo ano.

Economize todos os meses consumindo de usinas renováveis, sem custo de adesão, investimentos ou obras.

A contratação é simples e 100% digital, sem instalação ou custos adicionais. Acesse o QR Code ao lado e veja se esta novidade está disponível para a distribuidora da sua região.

Tem dúvidas?
Chame a Flora no canal exclusivo do WhatsApp (11) 973538912.





DADOS DA APÓLICE



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0515 - Fls. 23
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Apólice: *NOVA*

Número da proposta: 11 76237931

Número da apólice: 118 86 4064016

Ramo: 118

Vigência: A partir das 24h do dia 04/12/2024 até as 24h do dia 04/12/2025.

Processo SUSEP: 15414.002287/2005-31

Código C.I.: 588TQ3QG0NPZ9

DADOS DO SEGURADO

Razão Social: NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, 50

Bairro: Centro

Cidade: Nova Friburgo

Estado: RJ

CEP: 28610-280

Telefone: 22 25241700

Celular: Não informado

E-mail: inistracao@segurosrl.com.br



LOCAL SEGURADO

Atividade da empresa: Biblioteca/sebo (exclusivo para Predio)

Endereço: Rua Farinha Filho 50

Bairro: Centro

Cidade: Nova Friburgo

Estado: RJ

CEP: 28610-280



COBERTURAS CONTRATADAS

NOME DA COBERTURA	L.M.I. ¹ (R\$)	PREÇO (R\$)	P.O.S. ²
INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVE	R\$ 16.000.000,00	R\$ 13.463,34	POS não contratada.
DANOS ELÉTRICOS	R\$ 200.000,00	R\$ 421,61	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
IMPACTO DE VEICULOS	R\$ 100.000,00	R\$ 68,81	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.



COBERTURAS CONTRATADAS



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 035/23 Fis. 03
PLANEJAMENTO E COMPRAS

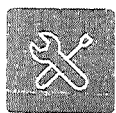


NOME DA COBERTURA	L.M.I. ¹ (R\$)	PREÇO (R\$)	P.O.S. ²
TUMULTO, GREVE, LOCK-OUT	R\$ 50.000,00	R\$ 73,12	Não há.
RESPONSABILIDADE CIVIL	R\$ 500.000,00	R\$ 1.376,97	10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
QUEBRA DE VIDROS	R\$ 50.000,00	R\$ 1.408,75	10% das indenizações com mínimo de R\$ 400,00
ALAGAMENTO	R\$ 100.000,00	R\$ 3.322,50	20% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00.
RECOMPOSIÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS	R\$ 50.000,00	R\$ 51,57	Não há.
VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	R\$ 5.000.000,00	R\$ 5.270,18	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00.

PREÇO LÍQUIDO DAS COBERTURAS

R\$ 25.456,85

1. Limite máximo de indenização. 2. Participação Obrigatória do Segurado.



SERVIÇOS CONTRATADOS

PLANO COMPACTO GRATUITO

EM CASO DE SINISTRO - 2 UTILIZAÇÕES POR SERVIÇO

Cob. provisória de portas e janelas

Cobertura provisória de telhados

Limpeza

Vigia

PREÇO LÍQUIDO DO PLANO DE SERVIÇOS

R\$ 0,00



QUESTIONÁRIO

Importante: declarações falsas, inexatas ou omissas implicarão a perda de indenização e o cancelamento da apólice.

Houve sinistro no local nos últimos 12 meses? Não

O local de risco possui telhado ou fechamento estrutural com: isopainel, placas/telhas metálicas, subcobertura termo acústica? Não

Possui seguros vigentes para o mesmo local de risco? Não

Bens Cobertos EXCLUSIVO PRÉDIO

Valor em Risco - Cobertura Incêndio R\$ 16.000.000,00



QUESTIONÁRIO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0545 Fis. 22
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Deseja Contratar Indenização a Valor de Novo (Sem aplicação de depreciação) ? Não



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CLÁUSULAS PARTICULARES

Cláusula particular de rateio

Estou ciente e de acordo que somente nos casos em que o valor em risco declarado (vrd) for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor em risco apurado (vra) no momento do sinistro, o segurado participará proporcionalmente dos prejuízos correspondentes a esta diferença, conforme determina as condições gerais do porto seguro empresa. Quando na ocasião do sinistro o valor em risco apurado (vra) for inferior ou igual a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) a contratação será a primeiro risco absoluto e não haverá rateio.

Cláusula particular

Fica entendido e concordado que, ao contrário do que consta nas condições gerais, este risco irá amparar mmu (máquinas móveis e utensílios), além de registros e documentos de uso na operação do escritório/administrativa do risco, permanecendo excluídos os livros, acervos, registros, documentos e quaisquer itens da operação da biblioteca.

Valor de novo

O seguro foi contratado sem valor de novo, ou seja, em caso de sinistro será aplicada depreciação para apuração dos prejuízos e reposição dos bens. Ratificam-se os demais termos das condições gerais deste seguro que não tenham sido alterados pela presente cláusula.

Proteção de dados pessoais

1. A porto seguro (aqui compreendida por todas as empresas pertencentes ao seu grupo econômico), tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos titulares e por isso, declara que o tratamento de dados pessoais se dá para o desempenho de suas atividades legais, observando a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema. 2. A coleta de dados pessoais pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo: na cotação e/ou contratação de seus diversos produtos e serviços, utilizações do site e aplicativos, bem como nas interações com os diversos canais de comunicação, mas sempre respeitando os princípios finalidade, adequação, necessidade, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação e obrigações legais. 3. A porto seguro implementará as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais, levando em conta técnicas avançadas disponíveis, o contexto e as finalidades do tratamento. As medidas de segurança atenderão as (i)



INFORMAÇÕES ADICIONAIS



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/15 Fis. 26
PLANEJAMENTO E COMPRAS



CLAUSULAS PARTICULARES

exigências das leis de proteção de dados; e (ii) medidas de segurança correspondentes com as boas práticas de mercado. 4. Os dados pessoais serão, em regra, armazenados pelo tempo que perdurará a relação entre as partes. Entretanto, há situações em que esses dados deverão ser armazenados além do período de relacionamento e essas situações advêm de exigências legais e/ou regulatórias, ou quando for necessário para exercer direitos em processos judiciais ou administrativos. 5. A porto seguro possui uma política de privacidade, a qual encontra-se disponível no seguinte endereço www.Portoseguro.Com.Br

Danos morais não contratado

Foi disponibilizada para contratação a cobertura de danos morais, porém o segurado optou pela não contratação.

Exclusão de bens de terceiros

Ao contrário do que consta em bens cobertos pelo seguro constante nas condições gerais, este seguro não ampara em qualquer situação os bens e/ou mercadorias de terceiros em poder do segurado para guarda, custódia, armazenamento ou transporte. Ratificam-se os demais dizeres que não tenham sido alterados pela presente cláusula.

lii - placas/telhas metálicas, isopainel e subcobertura termo acústica

Fica entendido e acordado que conforme descrito no item local de risco das condições gerais, se constatado que a empresa possui em suas instalações/construção o uso de isopainel ou "telha sanduíche" (constituído por chapas metálicas unidas por um material isolante), telha metálica (constituída em diferentes materiais metálicos que podem ser o aço, alumínio, cobre, zinco, ferro), subcobertura termo acústica, lã de vidro, lã de rocha e iã de pet (absorvem a energia sonora, ajudando na melhoria do isolamento) será cobrado prêmio adicional e participação obrigatória, considerando o limite máximo de indenização contratado para a cobertura de incêndio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave, vendaval e atividade especificada na apólice. Ratificam-se os demais dizeres das condições gerais que não tenham sido alterados pela presente cláusula.



VALORES DO SEGURO

DESCRIÇÃO

Preço líquido das coberturas

VALOR (R\$)

R\$24.184,01



VALORES DO SEGURO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02545 FIS 27
PLANEJAMENTO E COMPRAS



DESCRIÇÃO

IOF

VALOR (R\$)

R\$ 0,00

PREÇO TOTAL DO SEGURO

R\$ 24.184,01



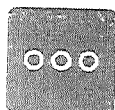
DADOS DO PAGAMENTO

FORMA DE PAGAMENTO

BOLETO BANCARIO

PARCELAMENTO DO SEGURO

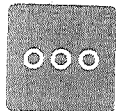
Parcela	Valor (R\$)	Vencimento
01	R\$ 24.184,01	17/01/2025



INFORMAÇÕES E CLÁUSULAS GERAIS

Admissão via fone /chat/e-mail

A presente proposta foi emitida conforme transmissão eletrônica realizada pelo corretor de seguros em nome do segurado. Os valores das coberturas, participações obrigatórias do segurado, prêmios e demais condições, foram estabelecidas na data registrada nesta apólice. Os dados e informações fornecidos são de inteira responsabilidade do proponente e do corretor, os quais devem obrigatoriamente coincidir com a regular documentação apresentada. É facultado ao segurado, através do seu corretor de seguros, o direito de arrependimento em 07 (sete) dias da data de emissão da apólice conforme previsto no código de defesa do consumidor, caso não tenha sido utilizado nenhum serviço da apólice. Os dados fornecidos (banco, agência, conta corrente, dados do cartão de crédito) para as emissões com forma de pagamento débito em conta corrente ou cartão de crédito, são de inteira responsabilidade do corretor de seguros, o qual declarou ter obtido anuência do segurado para fornecê-las.



INFORMAÇÕES E CLÁUSULAS GERAIS



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 0515 - Fls. 28

PLANEJAMENTO E COMPRAS



Para validade do presente contrato, o segurado, representada por seu diretor - presidente,
assina esta apólice.

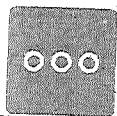
Jarbas Medeiros

Rivaldo Leite

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Rj - Barra Da Tijuca, 18 Dezembro 2024.

Local e data de emissão

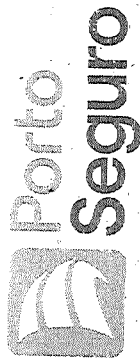


ANOTAÇÕES



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/15, Fls. 29
PLANEJAMENTO E COMPRAS





CTC JAGUARE SPM PL16
NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC
RUA FARINHA FILHO 50
CENTRO
28610-280 NOVA FRIBURGO RJ



Post: 01/01/2001
Venc: 17/01/2025



006578968700000000000062531010101

Participa Seguros S.A. de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489/
Cidade: São Paulo - SP - CEP: 01205-905.
CNPJ: 61.198.164/0001-60.
Autorizada a funcionar pelo Decreto Lei
20.138 de 06/12/1994.

www.portoseguro.com.br/empresa

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguros, previdência complementar 15414.007/2007/2005-31. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP. Em atendimento à regulamentação vigente consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no site eletrônico www.susep.gov.br.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

2. Next, it is important to gather relevant information and data. This can be done through research, consultation with experts, or by analyzing existing data sets.

3. Once the information is gathered, the next step is to analyze it. This involves identifying patterns, trends, and relationships that can help in understanding the problem.

4. After analysis, the next step is to develop a solution or plan. This involves identifying the most effective and efficient way to address the problem.

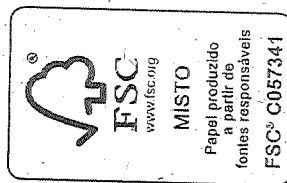
5. Finally, the solution is implemented and monitored. This involves putting the plan into action and tracking progress to ensure that the problem is solved and the goals are met.

0800 021 9484 – Atendimento 24h
As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela
sociedade/entidade junto à Suscep poderão ser consultadas no endereço eletrônico
www.suscep.gov.br, de acordo com o número de processo constante na apostila,
proposta, bilhete, certificado ou no título de capitalização.

Código de Registro da Seguradora: 05886.
 Plataforma digital para registros de reclamações dos consumidores:
www.consumidor.gov.br. Consulte regras e condições da plataforma.



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/5 Fis. 20





PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERIAS
AV. RIO BRANCO, 1489
SÃO PAULO - SP - CEP 01205-001
CNPJ 61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO

Recibo do Sacado

Vencimento	17/01/2025	Agência/Código Cedente	2938/10080-3	Espécie	R\$	Quantidade
(=) Valor do Contrato	24184,01	(-) Desconto / Abatimento				

Sacado

NOVA FRIBURGO CAMARA

Apólice / Documento

0860118004064016

Nosso Número	175/42500517-1	Número do Título	42500517
(+) Mora / Multa		(=) Valor Cobrado	

Autenticação Mecânica

BANCO ITAU

341-7

34191.75421 50051.712938 81008.030009 3 99640002418401

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Cedente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Data do Contrato	19/12/2024	Número do Título	42500517	Espécie Doc.	03	Data Processamento	19/12/2024	Acerte	N
Uso do Banco		Carteira	175	Espécie	R\$	Quantidade	Valor	24184,01	

Instruções

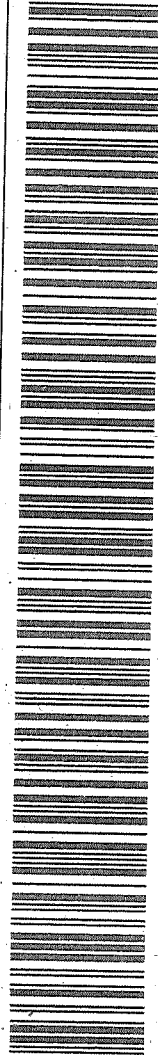
PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DA REDE BANCÁRIA ATÉ O VENCIMENTO SR(A) CAIXA - AUTORIZADO O RECEBIMENTO DO BOLETO ATÉ 20 DIAS APÓS O VENCIMENTO, ACRESCIDO DE JUROS DE 0,0666% AO DIA O NÃO PAGAMENTO DO BOLETO NA DATA DE VENCIMENTO PODE ACARRETER A SUSPENSÃO DA COBERTURA SECURITÁRIA, SERVIÇOS E/OU CANCELAMENTO DA APÓLICE O RESTABELECIMENTO DA COBERTURA SECURITÁRIA DAR-SE-Á MEDIANTE A REGULARIZAÇÃO DO SALDO PENDENTE SE A APÓLICE ESTIVER ATIVA ATENÇÃO: NÃO SERÃO ACEITOS DEPÓSITOS NA CONTA CORRENTE DO CEDENTE

Evite duplicidade de pagamento! Verifique se o boleto ainda não foi pago. Parcela 001/001

Sacado

NOVA FRIBURGO CAMARA

Sacador / Avalista Código da Baixa



Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação



PLANEJAMENTO E CONTAS

25/15 99

Informamos que a relação dos endereços e telefones das Regionais/Sucursais Porto Seguro será disponível em nosso site: www.portoseguro.com.br ou, em caso de dúvidas, entrar em contato com a nossa Central de Atendimento 24 Horas nos telefones: (11)3366-3333 (Grande São Paulo) ou 0800-7270800 (demais localidades).

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Av. Rio Branco, 1489 - CEP 01205-905 - SÃO PAULO - SP - CNPJ 61.198.164/0001-60



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 055/15 Fls. 37
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Apólice :
Corretor :
Unidade :

CTC JAGUARE SPM PL 16

NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC
RUA FARINHA FILHO 50
CENTRO
28610-280 NOVA FRIBURGO RJ



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0545 Fls. 37

PLANEJAMENTO E COMPRAS



SETOR REQUISITANTE:

SECRETARIA-GERAL

ENCAMINHO A V.EXª, PARA AUTORIZAÇÃO, SOLICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE:

OBJETO	SERVIÇOS
CLASSIFICAÇÃO	SERVIÇOS CONTINUADOS
DETALHAMENTO	NÃO SE APLICA
Descrição	Seguro Predial

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
1		Incêndio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave Sem contratação de POS Vendaval, furacão, ciclone, tornado, raio e granizo. Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 1.500,00 Danos elétricos Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 2.000,00 Alagamento Máximo de 30% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 5.000,00 Responsabilidade Civil Máximo de 50% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 500,00 Impacto de veículos Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 1.500,00 Quebra de vidros Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 400,00 Recomposição de registros e documentos Sem contratação de POS Tumultos, Greve, lock-out Sem contratação de POS	unid	1

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

A presente contratação é necessária em virtude da necessidade de assegurar o Prédio da Câmara Municipal de eventuais sinistros. Cabe mencionar que o atual contrato vence em 04.12.25 e como a seguradora atual, embora possua interesse na renovação, só pode assegurar a renovação próximo ao vencimento do contrato, faz-se necessária a tramitação de um novo como forma de assegurar a contratação mais vantajosa para administração pública.

DATA PREVISTA PARA ATENDIMENTO DA
NECESSIDADE:

05/12/2025

TIPO DE BENS E SERVIÇOS:

BENS E SERVIÇOS COMUNS

ADEQUAÇÃO DE QUALIDADE DOS BENS DE CONSUMO

Os bens comuns se enquadram na forma definida do artigo 28 da Resolução Legislativa nº 2.555/23.

PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO

NÃO

LOCAL E DATA

Nova Friburgo, 31/7/2025

PEDRO MANOEL DA
SILVA
PAULA:11368052738

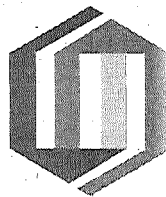
Assinado de forma digital por
PEDRO MANOEL DA SILVA
PAULA:11368052738
Data: 2025.08.01 14:35:59 -03'00'

DE ACORDO COM ABERTURA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

DIRCEU SILVESTRE
TARDEM:07806465789

Assinado de forma digital por
DIRCEU SILVESTRE
TARDEM:07806465789
Data: 2025.08.01 09:07:31 -03'00'

Vereador Dirceu Silvestre Tardem
Presidente



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
A Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0-515 Fis 32
PLANEJAMENTO E COMPRAS



TERMO DE REFERÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

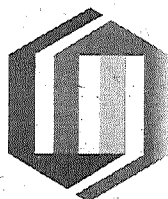
- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro predial contra incêndio, raio, explosão, implosão, queda de aeronave, vendaval, granizo, danos elétricos, alagamento, responsabilidade civil, impacto de veículos, quebra de vidros, recomposição de registros e documentos, tumultos que ocorrerem em todo o prédio e sua estrutura da Câmara Municipal de Nova Friburgo – RJ, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviço de luxo, conforme Resolução Legislativa nº 2.555/2023, de 30 de março de 2023.
- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois seu padrão e qualidade podem ser objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.
- 1.4. **O objeto da contratação é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e em virtude de sua natureza.**
- 1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
 - 1.5.1. Por tratar-se de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
 - 1.5.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se a variação do IPCA, divulgado pelo IBGE no mês anterior ao do pleito, verificado no período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
 - 1.5.3. Em caso de extinção do índice de reajuste indicado no subitem anterior, o reajuste se dará com base no índice que o substituir ou, não havendo, com base em acordo entre as partes, limitado ao menor dos índices inflacionários oficiais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação justifica-se pela necessidade dos bens imóveis e móveis estarem assegurados, em caso de eventual sinistro, uma vez que o contrato atual expira em 04.12.2025, sendo portanto, necessária nova contratação dos serviços a fim de que se possa dar continuidade a cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, uma vez que no órgão ainda não foi implementado o PCA. Todavia, tal despesa é Prevista no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
A Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02515 FIS. 36
PLANEJAMENTO E COMPRAS



4. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Especificações técnicas dos serviços:

ITEM	COBERTURA MÍNIMA	VALOR DE COBERTURA MÍNIMA
1	Incêndio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave <i>S/ CONTRATAÇÃO PES</i>	RS 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais)
2	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, raio e granizo. <i>10% → 2500</i>	RS 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)
3	Danos elétricos <i>10% → 2000</i>	RS 200.000,00 (duzentos mil reais)
4	Alagamento <i>30% → 5000</i>	RS 100.000,00 (cem mil reais)
5	Responsabilidade Civil <i>50% → 500</i>	RS 500.000,00 (quinhentos mil reais)
6	Impacto de veículos <i>10% → 1500</i>	RS 100.000,00 (cem mil reais)
7	Quebra de vidros <i>10% → 400</i>	RS 50.000,00 (cinquenta mil reais)
8	Recomposição de registros e documentos <i>S/ CONTRATAÇÃO PES</i>	RS 50.000,00 (cinquenta mil reais)
9	Tumultos, Greve, lock-out <i>S/ CONTRATAÇÃO PES</i>	RS 50.000,00 (cinquenta mil reais)

4.2. O local de cobertura do objeto é o prédio da sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo onde também funciona a Biblioteca Municipal, localizada na Rua Farinha Filho, Nº 50, Centro, Nova Friburgo-RJ, CEP: 28.610-280. Todavia, cabe ressaltar que a biblioteca existente em uma pequena parte do prédio não possui acervo histórico, sendo utilizado mais como um ambiente de estudo, fato este que pode ser atestado no ato da vistoria.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.5. O Contratado deve tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações e documentos que tomar conhecimento em decorrência deste contrato, não devendo divulgá-los a terceiros sem o prévio e expresso consentimento do contratante, responsabilizando-se individual ou solidariamente, de forma administrativa, civil, criminal ou fiscal, segundo a legislação aplicável.

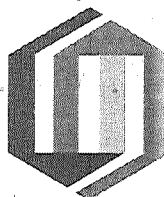
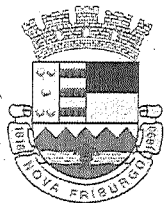
4.6. O contratado fica responsável pela adaptação e estrito cumprimento das normas da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados e.

4.7. A precificação do risco foi calculada com base nos valores da última contratação, uma vez que não houve alteração significativa nos bens imóvel e móveis. *DEMONSTRAR X JUSTIFICATIVA COBERTURAS*

4.8. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

4.9. A Contratada deverá manter central de atendimento, por telefone fixo ou telefonia celular, bem como, por meios eletrônicos em dias úteis e durante o horário comercial.

4.10. A apólice de seguro deverá conter:



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0515 FIs. 39
PLANEJAMENTO E COMPRAS



- 4.8.1. Identificação e descrição do imóvel segurado;
- 4.8.2. Prêmios discriminados por cobertura;
- 4.8.3. Limites de indenização por cobertura;
- 4.8.4. Bônus, quando houver;
- 4.8.5. Franquia quando aplicável.

4.11. Os valores referentes à Participação Obrigatória do Segurado, apresentados na Proposta de Preço, deverão levar em consideração a tabela abaixo:

ITEM	COBERTURA	VALORES PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO
1	Incêndio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave	Sem contratação de POS OK
2	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, raio e granizo.	Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 1.500,00 OK
3	Danos elétricos	Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 2.000,00 *20% OK
4	Alagamento	Máximo de 30% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 5.000,00 *10%
5	Responsabilidade Civil	Máximo de 50% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 500,00
6	Impacto de veículos	Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 1.500,00 OK
7	Quebra de vidros	Máximo de 10% do valor referente as indenizações, respeitando o valor mínimo de R\$ 400,00 OK
8	Recomposição de registros e documentos	Sem contratação de POS NAO HA *
9	Tumultos, Greve, lock-out	Sem contratação de POS NAO HA *

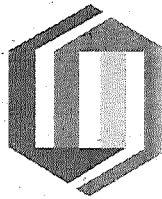
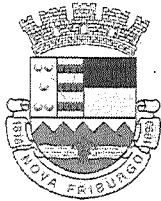
4.12. No que tange a recomposição de documentos para a parte da biblioteca, não será exigida cobertura para os itens da biblioteca, como: livros, plantas arquitetônicas, manuscritos, projetos, quadros, cilindros de estamperia, debuxos, croquis, maquetes, clichês, fotolitos, moldes e formas.

4.13. As coberturas são ilimitadas, não podendo ter restrição no quantitativo de acionamento.

4.14. A contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta através de corretora de seguros, em virtude da previsão constante no art. 122 do decreto-lei 73/1966

5. VISTORIA

5.1. A avaliação prévia do local segurado é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº _____ FLS. 28
PLANEJAMENTO E COMPRAS

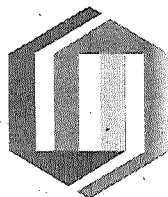
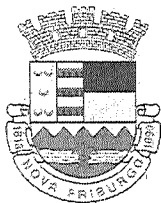


vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (22) 2524-1700 ramal 251, com o Setor de Licitação, ou e-mail licitacao@novafriburgo.rj.leg.br.

- 5.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital ou Aviso de Contratação Direta, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes, substituindo a vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme § 3º do art. 63 da Lei 14.133/21.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 6.1. As apólices deverão ser entregues em até 15 dias a contar do envio da nota de empenho e deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a partir de zero hora do dia 05 de dezembro de 2026.
 - 6.1.1. Caso o processo seja homologado após a data acima mencionada, a contratada terá até 10 (dez) dias, a contar do envio da nota de empenho para iniciar a prestação da cobertura.
- 6.2. O objeto segurado é todo o imóvel, a saber no endereço: Rua Farinha Filho, 50, centro Nova Friburgo/RJ, CEP 28610-280, incluindo suas áreas externas,
- 6.3. O serviço poderá ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4. A etapa da contratação relativa ao recebimento do objeto seguirá as regras previstas na Instrução Normativa nº 5/2023 do Controle Interno.
- 6.5. Os modelos padronizados de Termo de Recebimento serão os dispostos na Instrução Normativa nº 5/2023 do Controle Interno.
- 6.6. Não se submetem a etapa de recebimento do objeto serviços continuados não contratados por escopo cuja verificação da sua regularidade e qualidade se dará concomitante a execução contratual.
- 6.7. O serviço será recebido provisoriamente, a partir da entrega da apólice para efeitos de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, no prazo de 05(cinco) dias úteis pelo fiscal do contrato que emitirá o Termo de Recebimento Provisório.
- 6.8. Havendo algum defeito ou incorreção identificados, a fiscalização emitirá o termo de recebimento provisório com pendências, no mesmo prazo do item 6.7, ficando a critério do fiscal, a definição e concessão do prazo mediante comunicação formal, com base em critérios técnicos e padrões de razoabilidade para a contratada, às suas expensas, sanar as pendências, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções identificados.
- 6.9. A critério da fiscalização, mediante solicitação justificada da contratada, o prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado pelo mesmo período.
- 6.10. Após regularização das pendências, a fiscalização emitirá o relatório de inspeção para recebimento provisório com pendências atendidas, em até 05 (cinco) dias úteis contados do saneamento, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao recebimento definitivo.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02515 Fis. 39
PLANEJAMENTO E COMPRAS



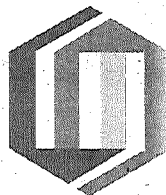
- 6.11. Concluído o prazo concedido pela fiscalização para regularização, verificando que as pendências não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso, a partir daquela data, ficando a fiscalização encarregada de encaminhar à unidade responsável pela abertura de processo administrativo sancionatório, o relatório de inspeção para recebimento provisório de pendências não atendidas, em até 05 (cinco) dias úteis contados do término do prazo.
- 6.12. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão, pela fiscalização, do termo de recebimento provisório sem apuração de pendências ou da emissão do relatório de inspeção para recebimento provisório com pendências atendidas, o gestor emitirá o termo de recebimento definitivo do objeto do contrato, se constatadas as devidas condições de recebimento após a verificação da conformidade aos termos ajustados.
- 6.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.14. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 7.1. Não há exigência de garantia dos bens e serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a proposta da contratada e as normas da Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 8.3. A fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 8.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 2515/2023 Fis. 40
PLANEJAMENTO E COMPRAS



- 8.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 8.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 8.10. O contratado deverá enviar preposto, sempre quando necessário, no local segurado para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118). O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal da empresa, por meio da apresentação dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista exigidos no Edital de Licitação ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso.

9. FORMA, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO

- 9.1. A empresa será selecionada por meio da realização de procedimento de contratação direta, na forma eletrônica, conforme os comandos da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução Legislativa nº 2.55/2023, de 30 de março de 2023.

9.1.1. Não serão admitidos no certame a participação de pessoas físicas, em virtude da natureza do serviço.

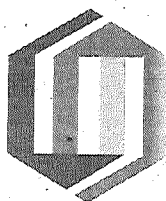
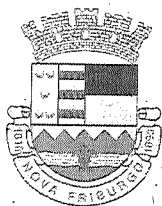
- 9.2. O critério de julgamento para seleção da proposta será menor preço, devendo ser atentado ao valor da Participação Obrigatória do Segurado que não pode ultrapassar aos valores previstos nos subitens do 4.11.

- 9.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, disponível no endereço <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>; e
- b) Consulta Consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) que abrange o cadastro do TCU, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

- 9.4. Para fins de contratação, deverá o prestador de serviços comprovar os seguintes requisitos de habilitação jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede acompanhada de documento de identificação do titular;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, acompanhado de documento de identificação do titular;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/23, Fls. 49
PLANEJAMENTO E COMPRAS



social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

9.4.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Para fins de contratação, deverá o participante comprovar os seguintes requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal e correspondente Procuradoria, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

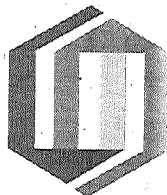
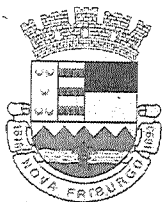
9.5.1. A comprovação de regularidade das letras **b** e **g** poderá ser processada através de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedidas.

9.5.2. Caso a empresa seja considerada isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.3. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá ser observada Instrução Normativa nº 1/2023 do Controle Interno.

9.5.3.1. Tratando-se participantes pessoas físicas, aplica-se a Instrução Normativa nº 2/2023 do Controle Interno.

9.6. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pela empresa serão:



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
- Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 051/15 Fis. 32
PLANEJAMENTO E COMPRAS



9.6.1. A licitante deverá apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil.

9.7. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são os seguintes:

9.7.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

9.7.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.7.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

9.7.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) e Liquidez Corrente (ILC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.7.3.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

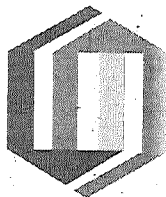
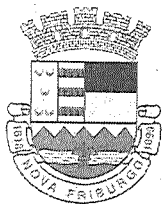
9.7.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.7.5. O balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O prazo para liquidação e pagamento da despesa será limitado a 15 (quinze) dias úteis, sendo 10 (dez) dias úteis para liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal e apólice ou instrumento de cobrança equivalente e 05 (cinco) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

10.2. O prazo de que trata o item 10.1 poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais como erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ficando esta sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 051/23 Fis. 49
PLANEJAMENTO E COMPRAS



10.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, observada as disposições da Instrução Normativa nº 1/2023 do Controle Interno.

10.3.1. A eventual perda das condições de habilitação não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração;

10.3.2. Constatando-se situação de irregularidade fiscal, social ou trabalhista, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

10.3.3. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.3.4. Concluído o prazo concedido pela fiscalização para regularização, verificando que as pendências não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso, a partir daquela data, ficando a fiscalização encarregada de informar a Procuradoria mediante abertura de processo administrativo, instruído com documentos probatórios, a fim de analisar as medidas jurídicas a serem aplicadas.

10.3.5. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa e avaliadas as necessidades e prazos para novas contratações do mesmo objeto.

10.3.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

10.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

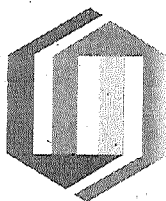
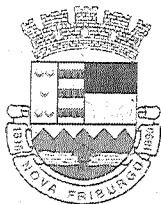
$$TX = \% \text{ taxa anual} = 6\%$$

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438 \quad 365 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10.5. O pagamento será realizado **EXCLUSIVAMENTE** por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado **OU** mediante pagamento instantâneo (**PIX**).

10.5.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02545 EIS 44
PLANEJAMENTO E COMPRAS



10.5.3. A Contratante ao efetuar qualquer pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, procederá à retenção do Imposto de Renda na Fonte (IRRF), conforme as regras previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e no Decreto Municipal nº 2.480, de 30 de outubro de 2023.

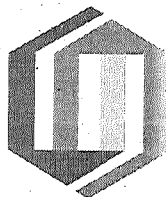
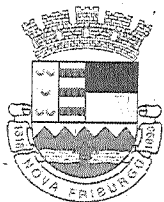
11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. DA CONTRATANTE

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, termo de referência e os termos de sua proposta;
- b) Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados em contrato ou termo de referência;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Observar que, durante a vigência do referido contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade para com as obrigações assumidas;
- e) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas na execução do objeto;
- f) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de infração.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência da contratação.
- h) Recusar Notas Fiscais/Faturas que estejam em desacordo com as exigências, informando à CONTRATADA e sobrestando o pagamento até a regularização da condição.
- i) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados ou produtos recebidos em desacordo com as especificações exigidas.
- j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com as normas legais.
- k) Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada.
- l) Comunicar o sinistro a CONTRATADA.

11.2. DA CONTRATADA

- a) Executar o objeto contratado conforme especificações deste termo de referência, do contrato e de sua proposta;
- b) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente e também as solicitações diversas, no prazo estipulado.
- c) Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto.
- d) Indicar preposto e fornecer à fiscalização número de telefone e um e-mail através dos quais seja possível a comunicação.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



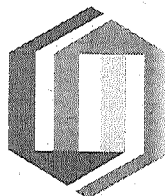
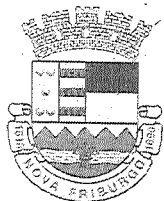
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 05/25 FIS. 13
PLANEJAMENTO E COMPRAS



- e) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou produtos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- g) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;
- h) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e respeitar as normas da Lei Geral de Proteção de Dados;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas técnicas e as de segurança da CONTRATANTE;
- k) Atender prontamente às observações e decisões da fiscalização feita pela Câmara Municipal para a correta execução do objeto;
- l) Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto e responsabilizar-se pelos vícios e danos de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- m) Aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões no valor inicial atualizado da contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- n) Outras obrigações específicas do objeto contratado.
- o) Emitir a apólice com base nas informações da CONTRATANTE, sem qualquer ônus;
- p) Prestar atendimento imediato no caso de sinistro.
- q) Disponibilizar para a CONTRATANTE central de atendimento em dias úteis, durante o horário comercial com ligações gratuitas, por telefone fixo ou telefonia celular e canais eletrônicos.
- r) Realizar a avaliação dos danos dos bens segurados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, realizando vistoria no local e procedendo à liberação do serviço a ser executado.
- s) Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação básica do sinistro, previamente estabelecida, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP;
- t) Entregar à Contratante a apólice de seguro no prazo de 15 (dez) dias após a retirada/recebimento da Nota de Empenho, sem qualquer custo.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação será elaborado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução Legislativa nº 2.555/2023, de 30 de março de 2023, pelo setor competente em documento apartado.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025 FIS 46
PLANEJAMENTO E COMPRAS



13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal, no exercício financeiro de 2024, conforme enquadramento realizado pelo Departamento de Contabilidade após apuração da estimativa de valor.

13.1.1. Tratando-se de fornecimentos/serviços contínuos, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

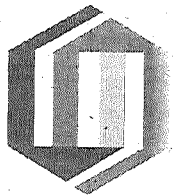
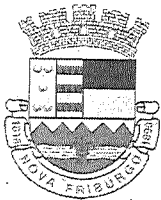
14.2.1. Advertência pela falta dos subitens anteriores deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens anteriores

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens anteriores deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens anteriores bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Cidade do Povo Friburguense



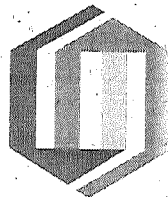
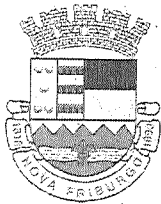
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0585 FIS. 49
PLANEJAMENTO E COMPRAS



- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 14.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 14.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal.
- 14.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Câmara Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e na Resolução Legislativa nº 2.555/2023, de 30 de março de 2023.
- Nova Friburgo/RJ, 30 de julho de 2025.

Responsáveis pela Elaboração do TR serviços de seguro predial

Responsável pela Requisição	Membro do Setor de Planejamento	Membro do Setor de Planejamento
PEDRO MANOEL DA SILVA PAULA:11368052738 Assinado de forma digital por PEDRO MANOEL DA SILVA PAULA:11368052738 Dados: 2025.08.01 09:46:07 -03'00'		
Pedro Manoel da Silva Paula	Glauco S. P. Perrut	Patrícia Maia N. Stutz
Secretário Geral	Auxiliar administrativo	Dir. de Planejamento e Compra
Nº matrícula: 2141	Nº matrícula 1580	Nº matrícula: 2164



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
Casa do Povo Friburguense



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0545 Fis. 38
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

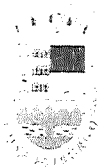
DIRCEU SILVESTRE
TARDEM:07866465789

Assinado de forma digital por DIRCEU
SILVESTRE TARDEM:07866465789
Dados: 2025.08.01 09:45:38 -03'00'

Vereador Dirceu Silvestre Tardem

Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo

mat. 2142



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02585 Fis. 39
PLANEJAMENTO E COMPRAS



ANEXO III

MODELO DE CHECKLIST DA FASE PREPARATÓRIA

O preenchimento do *checklist* deve ser realizado na forma da Instrução Normativa SeCon nº 2/2024 ou da norma que vier a substituí-la. Segundo seu art. 14, a lista de verificação (*checklist*) é item obrigatório da instrução processual e deve ser juntada aos autos na forma prevista do art. 13.

Este *checklist* tem por objetivo auxiliar os servidores envolvidos no processo de contratação na revisão das condições a serem observadas na fase preparatória com base na Lei nº 14.133/21 e na Resolução Legislativa nº 2.555/23.

A aplicação do *checklist* não dispensa a análise acurada por parte dos envolvidos de todos os documentos do

LISTA DE VERIFICAÇÃO - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - FASE PREPARATÓRIA <u>COMUM A TODOS OS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO</u> LEI nº 14.133/21 Processo CPL n: _____	Atende plenamente a exigência?	Indicar folhas/ Parágrafos/ referências onde está a informação
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
1. Houve oficialização da demanda pelo setor requisitante contendo os elementos mínimos previstos no art. 34 da Resolução Legislativa nº 2.555/23 e no modelo padronizado aprovado pela Instrução Normativa nº 7/2023 da Secretaria de Controle Interno:	Sim	34
2. Indicação do bem/serviço e quantitativo?	Sim	34
3. Descrição da necessidade a ser atendida?	Sim	34
4. A justificativa da necessidade é plausível com o objeto a ser contratado?	Sim	
5. Previsão no Plano de Contratação Anual – PCA?	Não se aplica	PCA não regulamentado
6. Caso não haja previsão no PCA consta justificativa?	Sim	03
7. As justificativas são consonantes com a realidade da Administração?	Sim	35
8. Estimativa da data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou realizado o fornecimento dos bens?	Sim	34
9. A estimativa da data de entrega da solução é compatível com a data da oficialização da demanda?	Sim	
10. O setor requisitante realizou análise de adequação dos bens/serviços?	Sim	
11. Consta assinatura e matrícula funcional do requisitante?	Sim	34
12. Consta ratificação da autoridade competente para abertura de processo de contratação?	Sim	34
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR		
Não havendo Estudo Técnico Preliminar:		
1. Trata-se de uma das hipóteses de dispensa de elaboração previstas no art. 44 da Resolução Legislativa nº 2.555/23 e foram apresentadas justificativas?	Sim	
2. Nas hipóteses dos incisos III, VII e VIII do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, a justificativa para a não elaboração do Estudo Técnico	Sim	03



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

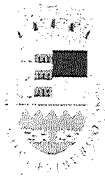
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 2515, Fls. 50
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Preliminar contém os elementos que a caracterizam e a habilitam?		
3. Nos casos em que o ETP é obrigatório, foi elaborado o modelo correto em conformidade com o artigo 45 da Resolução Legislativa nº 2.555/23 e com os instrumentos de planejamento aprovados pela Instrução Normativa - IN nº 7/2023 da Secretaria de Controle Interno/SeCon?	Não se aplica	
4. O ETP elaborado, conforme o caso, contém os elementos mínimos previstos nos artigos 46 e 47 da Resolução Legislativa nº 2555/23 e no modelo padronizado aprovado pela Instrução Normativa nº 7/2023 da Secretaria de Controle Interno?	Não se aplica	
5. Contém a assinatura (s) do responsável (is) pela sua elaboração com indicação da sua matrícula funcional?	Não se aplica	
6. Foi elaborado pela equipe de planejamento?	Não se aplica	
7. Há designação formal caso o ETP tenha sido elaborado pela equipe de planejamento?	Não se aplica	
8. Os membros da equipe de planejamento detêm conhecimentos sobre aspectos de uso e/ou técnico do objeto a ser contratado?	Não se aplica	
9. Existe comprovação da ciência por parte dos indicados para compor a equipe de planejamento?	Não se aplica	
10. O ETP foi aprovado pela autoridade competente?	Não se aplica	
11. Observou os procedimentos e modelos disponíveis aprovados pela IN nº 7/2023 da SeCon?	Não se aplica.	
12. Foi produzido anteriormente ao termo de referência ou do Projeto básico?	Não se aplica	
O ETP contém os seguintes elementos:		
1. A indicação do problema a ser resolvido e a descrição da necessidade a ser atendida sob a perspectiva do interesse público?	Não se aplica	
2. Informação sobre contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à presente contratação?	Não se aplica	
3. Trata-se de hipótese fracionamento da despesa?	Não se aplica	
4. O somatório das contratações supera os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
5. Demonstra previsão e compatibilidade com o Plano de Contratações Anual?	Não se aplica	
6. Consta justificativa pela ausência de previsão e compatibilidade com o Plano de Contratações Anual?	Não se aplica	
7. Estimativa das quantidades a serem contratadas?	Não se aplica	
8. Memórias de cálculo e os documentos de suporte à estimativa?	Não se aplica	
9. Na estimativa foram consideradas informações sobre interdependência com outras contratações de forma a possibilitar a economia de escala?	Não se aplica	
10. As contratações semelhantes e interdependentes podem ser unificadas em um único processo de contratação?	Não se aplica	
11. A unificação do processo de contratação mostrou-se mais eficiente?	Não se aplica	
12. A unificação dos processos de contratação resulta na economia de escala e redução dos custos de gestão contratual?	Não se aplica	
13. Foi demonstrada a economia de escala?	Não se aplica	
14. A estimativa de quantidades observou o histórico de consumo dos últimos 3 (três) anos?	Não se aplica	



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0515 Fls. 57
PLANEJAMENTO DE COMPRAS



15. Se o histórico de consumo não utilizou a métrica dos últimos 3 (três) anos foi apresentado justificativa?	Não se aplica	
16. Houve aumento em relação ao histórico de consumo?	Não se aplica	
17. Consta justificativas para aumento das quantidades estimadas?	Não se aplica	
18. O aumento dos quantitativos está em consonância com os princípios que regem a Adm. Pública, em especial o interesse público e custo-benefício do gasto?	Não se aplica	
19. Tratando-se de contratação que envolve a manutenção de bens, foi realizado comparativo da vantajosidade em relação a compra?	Não se aplica	
20. Estimativa preliminar do valor da contratação?	Não se aplica	
21. Análise comparativa da viabilidade econômica a partir da utilização dos custos unitários estimados e as soluções disponíveis no mercado?	Não se aplica	
22. A pesquisa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
23. Foi anexada a memória de cálculo e os respectivos documentos de suporte?	Não se aplica	
24. Justificativa do parcelamento ou não do objeto?	Não se aplica	
25. Na justificativa, considerou-se:		
A viabilidade técnica e a vantajosidade econômica?	Não se aplica	
A viabilidade da divisão do objeto por lotes para tornar mais atrativo o mercado de participantes?	Não se aplica	
O aproveitamento do mercado local?	Não se aplica	
O dever de ampliar a competição e de evitar a concentração de mercado?	Não se aplica	
Em se tratando de prestação de serviços, o custo de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens?	Não se aplica	
Em se tratando de prestação de serviços, a responsabilidade técnica?	Não se aplica	
26. Caso não se opte pelo parcelamento, foi indicada como justificativa que:		
A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomenda a compra do item do mesmo fornecedor?	Não se aplica	
O objeto a ser contratado configura sistema único e integrado e há possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido?	Não se aplica	
O processo de padronização ou de escolha de marca indicaria fornecedor exclusivo?	Não se aplica	
27. No que se refere ao levantamento de mercado, foram considerados consultas a publicações especializadas, estudos técnicos e contratos realizados em outros órgãos públicos?	Não se aplica	
28. Na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução, foi realizada análise comparativa entre as soluções identificadas, considerando:		
A comparação do custo das soluções propostas e da solução atualmente contratada, quando for o caso?	Não se aplica	
ETPs elaborados por outros órgãos/entidades, que contenham os elementos mínimos previstos no § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
29. Justificativa e ratificação do setor técnico demandante acerca da compatibilidade, viabilidade técnica e atualidade econômica do ETP mencionado acima?	Não se aplica	



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/15 FIS. 52
PLANEJAMENTO E COMPRAS



30. Há comparativo dos custos e dos benefícios de cada solução?	Não se aplica	
31. Quando houver a possibilidade de compra ou locação de bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção e indicada a alternativa mais vantajosa, considerando os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, dos custos de eventuais adaptações, depreciação, impacto ambiental e do prazo de amortização dos investimentos necessários do objeto a ser contratado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida? (art. 44 da Lei nº 14.133/21)	Não se aplica	
32. A capacidade de a solução proposta oferecer ganhos de eficiência administrativa, a partir da incorporação de novas metodologias, tecnologias ou inovações e de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável?	Não se aplica	
33. Se adotado outro critério para a análise comparativa das soluções identificadas, foi acompanhado de justificativa e da sua metodologia?	Não se aplica	
34. Requisitos da contratação:		
Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso?	Não se aplica	
Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis?	Não se aplica	
Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual?	Não se aplica	
Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável?	Não se aplica	
Foi avaliada a possibilidade de utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que não haja prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, nos termos do § 2º do Art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021?	Não se aplica	
Foi avaliada a necessidade de ser exigido, em edital ou em aviso de contratação direta, que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada, em distância compatível com suas necessidades, conforme dispõe o § 4º do Art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.	Não se aplica	
35. Caso se pretenda adotar o critério de julgamento por técnica e preço, o ETP:		
Demonstrou que a avaliação e ponderação da qualidade técnica das propostas é relevante aos fins pretendidos pela Administração?	Não se aplica	
Há posicionamento conclusivo sobre viabilidade técnica, razoabilidade e adequação da contratação?	Não se aplica	
36. Caso tenha sido adotado ETP de contratação anterior do mesmo órgão ou de outros órgãos, este foi ratificado, com justificativa pelo setor técnico e declaração da viabilidade técnica e da atualidade econômica do estudo, certificando que a solução se adequa a demanda? (art. 44, § 2º, da Resolução Legislativa nº 2555/23)	Não se aplica	
37. Foi realizada análise quanto à aplicabilidade do impacto orçamentário-financeiro?	Não se aplica	



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02935 Fls. 23
PLANEJAMENTO E COMPRAS



38. Consta autorização da autoridade competente para abertura do processo de contratação?	Não se aplica	
INSTRUMENTO DE CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES		
1. Os instrumentos de controle das contratações (<i>checklist</i> foram juntados aos autos e elaborados com os elementos mínimos previstos na IN nº 2/2024 da SeCon?	Sim	49-57
MAPA DE RISCOS		
1. O Mapa de Riscos foi juntado aos autos antes da elaboração do Termo de Referência?	Não se aplica	Dispensado pela baixa complexidade
2. Caso o mapa de riscos não tenha sido apresentado, constam justificativas?	Sim	03
3. O Mapa de Riscos possui os elementos mínimos previstos na IN nº 2/2024 da SeCon?	Não se aplica	
4. O mapa de riscos levou em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento; ou apresentou justificativa para a não consideração do histórico de licitações?	Não se aplica	
TERMO DE REFERÊNCIA		
O Termo de Referência:		
1. Observou o modelo padronizado?	Sim	
2. As alterações no modelo padronizado foram destacadas para análise do Controle Interno?	Sim	
3. Contém as assinaturas dos responsáveis pela sua elaboração com indicação das matrículas funcionais?	Sim	47
4. Foi aprovado pela autoridade competente?	Sim	48
5. Consta justificativa para a não utilização do formato eletrônico de disputa?	Não se aplica	
6. Consta o prazo de vigência?	Sim	35
7. No caso de contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, a autoridade competente do órgão ou entidade contratante atestou a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual?	Não se aplica	
8. Foi demonstrada a vantajosidade da vigência plurianual?	Não se aplica	
9. O TR contém os seguintes parâmetros e elementos descritivos:		
Fundamentação da necessidade da contratação?	Sim	35
A Fundamentação do tipo de solução escolhida é compatível com o ETP ou faz referência ao mesmo?	Não se aplica	
Definição do objeto contendo os seguintes elementos mínimos exigidos no inciso XXIII do art. 6 da Lei nº 14133/21:	Sim	
Especificação do bem ou do serviço?	Sim	36,37
Descrição pormenorizada, considerando todo o ciclo de vida do objeto a ser contratado, por meio de especificações técnicas e de desempenho usuais de mercado, que não sejam excessivas, irrelevantes ou desnecessárias?	Sim	36,37
Estimativa de quantidade e memórias de cálculo, com os documentos que lhes dão suporte, considerando o consumo e utilização prováveis?	Sim	36,37
10. Descrição da solução como um todo e modelo de execução do objeto,		



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

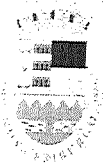
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/2017 Fis. 54
PLANEJAMENTO E COMPRAS



contendo:		
Justificativa para o parcelamento ou não da contratação?	Não se aplica	
Indicação dos prazos de início e término da prestação do serviço ou de execução do objeto contratual?	Sim	35
Indicação da forma e dos locais de entrega dos produtos ou da execução dos serviços, conforme o caso?	Sim	38,39
Regras para o recebimento provisório e definitivo?	Sim	38,39
Condições necessárias para a execução dos serviços ou o fornecimento de bens?	Sim	36,37
Definição das condições dos serviços de manutenção e assistência técnica?	Não se aplica	
Metodologia de avaliação da qualidade e aceite do objeto executado?	Sim	
Instrumentos de Medição de Resultado ou justificativa para sua não adoção?	Não	O ateste será realizado de forma simples devido a baixa complexidade do objeto.
Critérios de medição e de pagamento e condições de aquisição e pagamento?	Sim	39,40
11. Requisitos da contratação, contendo:		
Previsão e condições de prestação de garantia contratual?	Não se aplica	
Especificação de prazo de comunicação da contratada informando a modalidade de garantia?	Não se aplica	
Consta especificação da garantia do produto?	Não se aplica	
O prazo estipulado é compatível com o praticado no mercado?	Não se aplica	
12. No caso de indicação de marcas ou modelos:		
Há justificativa formal, enquadrando o caso em uma das hipóteses do inciso I do artigo 41 da Lei n 14.133/21?	Não se aplica	
Se for o caso, há menção ao processo de padronização do produto?	Não se aplica	
No caso de vedação de utilização de marca/produto, foi inaugurado processo administrativo para a comprovação de que não atende aos requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual?	Não se aplica	
13. Indicação do modelo de gestão do contrato, com a definição de como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade no caso em concreto?	Sim	39,40
14. Indicação das seguintes exigências de habilitação:		
Habilitação jurídica?	Sim	40,41
Habilitação técnica?	Sim	41,42
Os atestados porventura exigidos recaíram sobre as parcelas de maior relevância na contratação?	Não se aplica	Baixa complexidade
O percentual de quantitativo mínimo de atestado em relação ao objeto foi observado?	Não se aplica	Devido a baixa complexidade do objeto, não entendemos ser necessário estabelecer quantitativo.
Há previsão de somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo?	Não se aplica	



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

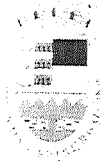
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/5 Fls. 62
PLANEJAMENTO E COMPRAS



Foi verificado se alguma das atividades desempenhadas representam atividades exclusivas de categoria profissional?	Não se aplica	
Caso haja profissões regulamentadas no objeto contratual, foi verificado a regularidade do profissional junto ao conselho?	Não se aplica	
Foi determinado lapso temporal na demonstração da capacidade técnico-profissional?	Não se aplica	
A comprovação da capacidade técnico-profissional recaiu exclusivamente sobre o profissional responsável pelo desempenho das atividades?	Não se aplica	
Regularidade fiscal, social e trabalhista?	Sim	41
Nos casos previstos da IN nº 1/2023 foi adotada a regularidade fiscal simplificada?	Não se aplica	
Foi exigido comprovação de cumpre a licitante cumpre o inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal?	Sim	41
Habilitação econômico-financeira?	Sim	42
Os índices contábeis previstos são usuais de mercado?	Sim	
A adoção de índices contábeis diferentes da praxe de mercado foi justificada?	Não se aplica	
Se dispensada a comprovação de uma das exigências de habilitação previstas nos itens anteriores, apresentou as justificativas?	Não se aplica	
Foi exigido declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social?	Não	Será previsto no Edital
15. Foi definido as obrigações da contratante e contratada?	Sim	44,45
16. Indicação da forma e dos critérios de seleção do fornecedor?	Sim	40
17. Consta modalidade de licitação?	Sim	40
18. Se adotado o Pregão, consta justificativa de que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado? (art. 6º, XLI c/c art. 29 da Lei nº 14.133/21)	Não se aplica	
19. Na hipótese de contratação direta, houve a indicação do dispositivo legal no qual o caso específico se enquadra?	Sim	40
20. Foi verificado o possível fracionamento de despesa?	Sim	
21. Consta critério de julgamento?	Sim	40
22. Foi definido o modo de disputa?	Sim	40
23. Definiu-se modo de disputa compatível com o critério de julgamento, observada a vedação de uso do modo de disputa aberto quando nas licitações por técnica e preço (art. 56, §2º, da Lei nº 14.133/21)?	Não se aplica	
24. Justificativa da adequação e da eficiência da combinação dos parâmetros de critério de julgamento e modo de disputa?	Não se aplica	
25. Quando utilizados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, definiu-se modo de disputa compatível, observada a vedação de utilização isolada do modo de disputa fechado (art. 56, §2º, da Lei nº 14.133/21)?	Não se aplica	
26. Caso tenha sido adotado o critério de julgamento por técnica e preço, consta justificativa das proporções de técnica e de preço adotadas, observada a proporção máxima de 70% para a valoração da proposta técnica?	Não se aplica	
27. Em caso de exigência de vistoria prévia, consta a indicação dessa necessidade, bem como avaliação de que o edital preveja atestação de	Não se aplica	



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0547/2017
Folha 50
PLANILHA DE AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO



conhecimento pleno do local, na forma do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/21?		
28. Previsão quanto à participação de empresas sob a forma de consórcio no processo de contratação e, caso prevista vedação, foi apresentada justificativa?	Não se aplica	
29. Previsão quanto à participação de pessoas físicas no processo de contratação e, caso haja vedação, foi apresentada justificativa?	Sim	40
30. Previsão da vedação ou da possibilidade de subcontratação e, caso admitida, do seu percentual e das suas condições?	Sim	36
31. A subcontratação foi justificada?	Não se aplica	
32. Foi previsto a qualificação do potencial subcontratado na do art. 67, §9º, da Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
33. Estabelecimento, nas hipóteses previstas pela LC nº 123/06, de reserva de cota ou a exclusividade da licitação para os beneficiários da norma?	Não se aplica	Modelo Padrão do Edital
34. Previsão quanto à possibilidade de participação de profissionais organizados em forma de cooperativa no processo de contratação (art. 16, Lei nº 14.133/21) e, caso prevista vedação, foi apresentada justificativa?	Não se aplica	
35. Quanto à forma de seleção e ao critério de julgamento da proposta, o TR contém:		
Prazo de validade e condições da proposta?	Não se aplica	
Parâmetros objetivos de avaliação de propostas quando se tratar de licitação de melhor técnica ou de técnica e preço?	Não se aplica	
Crêterios de desempate, na forma no art. 60 da Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
36. Consta estimativa do valor da contratação?	Não se aplica	
37. Caso o orçamento seja sigiloso, foi apresentada justificativa?	Não se aplica	
38. Na hipótese de contratação direta com fundamento no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/21:		
Foi apresentada justificativa com os elementos que caracterizam a situação emergencial ou calamitosa?	Não se aplica	
Foi apresentada justificativa da autoridade máxima do órgão ou entidade acerca das razões pelas quais não foi possível concluir o devido processo licitatório, quando aplicável?	Não se aplica	
39. Caso tenha se optado pela inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/21, foram explicitados no TR os benefícios decorrentes da habilitação em momento anterior ao julgamento, à luz do objeto a ser contratado?	Não se aplica	
40. Caso tenha sido exigida do licitante a apresentação de prova de qualidade do produto, de seu processo de fabricação ou do serviço a ser prestado, inclusive sob o aspecto ambiental, nos termos previsto pelo art. 42 da Lei nº 14.133/21, foi apresentada a devida justificativa técnica?	Não se aplica	
41. No caso de exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito:		
Consta previsão expressa dessa exigência no TR?	Não se aplica	
Diretrizes para inspeção ou recebimento de amostra, se for o caso?	Não se aplica	
Consta definição da fase em que será cumprida a exigência dentre aquelas previstas no §2º do art. 42, da Lei nº 14.133/21?	Não se aplica	
Há justificativa?	Não se aplica	
Há previsão de critérios objetivos de avaliação detalhadamente especificados?	Não se aplica	
Consta o prazo e forma de apresentação das amostras, das provas de	Não se aplica	

Endereço: Rua Farinha Filho, 50 – Centro
CEP: 28.610-280, Nova Friburgo, Rio de Janeiro
Email: controleinterno@novafriburgo.rj.leg.br
Tel: (22) 2524-1700 | Ramal: 290



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

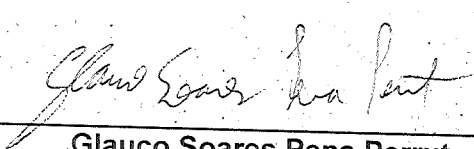
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Controle Interno



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 02545 Fis. 52
PLANEJAMENTO E COMPRAS



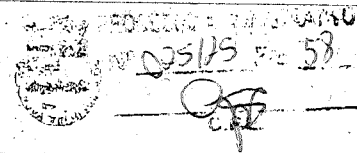
conceito ou dos objetos a serem submetidos a exame de conformidade?		
42. Foi indicado índice de reajuste?	Sim	35
43. O índice mantém consonância com o objeto da contratação?	Sim	
44. Consta do TR justificativa para escolha do índice de reajuste?	Não se aplica	
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E PROSSEGUIMENTO DA CONTRATAÇÃO		
1. Consta autorização de abertura/prosseguimento do processo de contratação firmada pela autoridade máxima competente?	Sim.	48
PESQUISA DE PREÇOS		
Para verificação da regularidade da pesquisa de preços deve ser aplicado <u>checklist</u> próprio.		

Membro do Setor de Planejamento e Compras:	
	
Glauco Soares Pena Perrut	Patricia Maia N. Stutz
Aux. Administrativo	Diretora
1580	2164



☆ RES: RES: Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
"CONESP BRASIL SEGUROS - DEPTO. COMERCIAL DE CONTRATOS SEGUROS" <licitacao@conespseguros.com.br>

7 de agosto de 2025 às 11:17
Para: licitacao@novafriburgo.rj.leg.br
Cc: licitacao@conespseguros.com.br
Spam Score:
Tags:



Prezada, bom dia!

Agradeço o envio da solicitação mas informo que não apresentaremos cotação nesse momento.

O motivo é porque nossa seguradora parceira GENTE não aceita estimativa como modalidade para o ramo predial.

Porém, quando houver a publicação do Edital, nós podemos solicitar para a seguradora e participar com os nossos lances. O qual, agradeço se puder nos avisar quando acontecer.

Para qualquer duvida ou necessidade, por favor, conte conosco.

Atenciosamente,



Agatha Agostinho

De:

Gestora de Contratos de Seguros
**CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA
E CORRETORA DE SEGUROS**

Corretora autorizada Susep nº 201001835

Fone: +55 11 2366-4125

+55 11 98524-2434

GD ≠ PD

Visite o nossa page: fb.me/conespbrasilseguros

Nosso propósito é garantir e proteger o Patrimônio Público

licitacao@novafriburgo.rj.leg.br [mailto:licitacao@novafriburgo.rj.leg.br]

Enviada em: quinta-feira, 7 de agosto de 2025 10:07

Para: CONESP BRASIL SEGUROS - DEPTO. COMERCIAL DE CONTRATOS SEGUROS <licitacao@conespseguros.com.br>

Assunto: Re: RES: Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.

Prezada empresa,

Seria uma estimativa de preços para uma dispensa eletrônica.

Atenciosamente

Maisa Benvenuti

Mat. 1307

Aviso de Contratação Direta nº 90004/2025

Última atualização 22/07/2025

Local: São Paulo/SP Órgão: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES Unidade compradora: 413002 - ESCRITÓRIO REGIONAL 1 - ANATEL

Modalidade da contratação: Dispensa Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II Tipo: Aviso de Contratação Direta Modo de disputa: Dispensa Com Disputa Registro de preço: Não Fonte orçamentária: Não Informada

Data de divulgação no PNCP: 22/07/2025 Situação: Divulgada no PNCP Data do início de recebimento de propostas: 22/07/2025 13:16 (horário de Brasília) Data fim de recebimento de propostas: 25/07/2025 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 02030715000112-1-000104/2025 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de serviço de seguro predial para o Edifício Sede Anatel São Paulo - Rua Vergueiro, 3073 - Vila Mariana e para a Estação Remota de Monitoragem-ERM da Anatel em Guarulhos/SP, conforme condições do Aviso de Dispensa Eletrônica 4 - nº 90004/2025 - UASG 413002 (SEI nº 14019870) e seus Anexos.

Informação complementar:

Art. 75º, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 54.052,80

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 54.052,80

Itens Arquivos Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Corretagem - Seguro	1	R\$ 54.052,80	R\$ 54.052,80	

Exibir 1 de 1 item

< Voltar

Página 1 de 1



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê. A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<http://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br>

8000 076 3000

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Ato que autoriza a Contratação Direta nº.17151/2025

Acessar Contratação

Última atualização 09/07/2025

Local: Curitiba/PR Órgão: CENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA Unidade compradora: 60 - CCTG - Centro Cultural Teatro Guaia

Modalidade da contratação: Dispensa Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 09/07/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 76695204000156-1-000212/2025 Fonte: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Estado do Paraná - SEAP-PR

Objeto:

Contratação de apólice de seguro predial para o CCTG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 29.127,42

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 29.127,42

Itens Arquivos Contratos/Empenhos Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	120 60436-Prostacão de Serviços Seguro de Bens Imóveis, Damos informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo. UNID. DE MEDIDA: Unitário	1	R\$ 29.127,42	R\$ 29.127,42	

Exibir 5 1-1 de 1 item.

[Voltar](#)

Página: 1 < >



Criado pela Lei nº 14133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê. A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

atendimento@portalnacional.gov.br

0800-072.5000

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Edital nº 90023/2024

Acessar Contratação

Última atualização 04/04/2025

Local: Porto Velho/RO Órgão: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA Unidade compradora: 926919 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Não Fonte orçamentária: Não Informada

Data de divulgação no PNCP: 28/02/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 04/04/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 25/04/2025 08:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 04794681000168-1-000057/2024 Fonte: Compras.gov.br

Objeto:

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Seguro Predial para Cobertura dos Bens Móveis e Imóveis Contra Riscos de Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Riscos Diversos (Alagamentos, Vendaval, Danos Elétricos e Quebra de Vidros), e os Decorrentes de Tumultos, Roubo de Bens ou Furtos Qualificados, Danos ao Patrimônio e Responsabilidade Civil

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=92691905900232024>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 174.431,16

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 174.000,00

Itens Arquivos Contratos/Empenhos Histórico

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Seguro Patrimonial	1	R\$ 143.416,16	R\$ 143.416,16	
2	Seguro Patrimonial	1	R\$ 35.214,98	R\$ 35.214,98	

Exibir 1-2 de 2 itens

Página 1

Voltar



Criado pela Lei nº 14133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o referido comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portal.nacionalcontratacoes.gov.br>

0800 078 0001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





SEBRAE



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:37

Para: licitacao@baraoseguros.com.br, "Jessica - Barão Seguros" <jessica@baraoseguros.com.br>, "Gabriela - Barão Seguros" <comercial4@baraoseguros.com.br>, "Fernanda Pereira dos Santos" <fernanda@baraoseguros.com.br>, atendimento01@baraoseguros.com.br, atendimento02@baraoseguros.com.br, atendimento03@baraoseguros.com.br
Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ. Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco

24/09/2025, 08:21

licitacao@novafriburgo.rj.leg.br - Caixa de Correio - Correio Interlegis



☆ **Cotação de preços para seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**

licitacao@novafriburgo.rj.leg.br

RECEBIDA
25/09/25
F. 64
OFF

24 de setembro de 2025 às 08:21

Para: "CONESP BRASIL SEGUROS - DEPTO. COMERCIAL DE CONTRATOS SEGUROS" <licitacao@conespseguros.com.br>

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Formulário de Cotação e Termo de Referência para **cotação de preços para seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.

Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis:

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

22 de setembro de 2025 às 09:24: "CONESP BRASIL SEGUROS - DEPTO. COMERCIAL DE CONTRATOS SEGUROS" <licitacao@conespseguros.com.br> escreveu:

☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:26

Para: dpvat.rj@gentesseguradora.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.

Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

025/25 F. 65

[Handwritten signature]



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

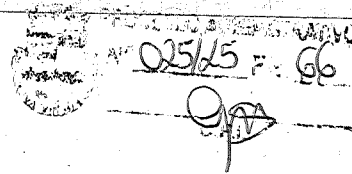
24 de setembro de 2025 às 08:25
Para: gismontiseguros@gmail.com
Tags:

Prezada empresa,
Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão
Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo
CNPJ: 29.844.172/0001-23
Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva
Mat. 1267



moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:25

Para: rosatan@rosatanseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:25

Para: contato@amegseguros.com.br

Tags:

bPrezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

025/25 F = 63
Op



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:24

Para: rodrigo@mxseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:24

Para: fabricao@verbaseguros.com.br, karenverbaseguros@gmail.com, patricia@verbaseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ. Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:24

Para: licitacoes@hembseguros.com.br; darlan@br.hembseguros.com.br; contatos@br.hembseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:24

Para: sabrina@gpseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco

☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**

licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:23

Para: roberta@galvezseguros.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.

Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco

☆ **Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

24 de setembro de 2025 às 08:23

Para: amanda@segurosrl.com.br

Tags:

Prezada empresa,

Encaminho anexo Termo de Referência para cotação de preços de **Seguro Predial** para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.

Solicito, por gentileza, que envie as cotações para a formação de preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Dados do órgão

Razão Social: Câmara Municipal de Nova Friburgo

CNPJ: 29.844.172/0001-23

Endereço: Rua Farinha Filho, nº 50, centro, Nova Friburgo/RJ

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br ou via telefone (22) 2524-1700, ramais 289 e 251 ou pelo whatsapp web institucional (22) 99847-7097.

Gislaine Silva

Mat. 1267

moji"; font-size: 14px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; text-deco



☆ **Re: Cotação de preços de Seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.**
"Gabriela - Barão Seguros" <comercial4@baraoseguros.com.br>

12 de agosto de 2025 às 14:44

Para: licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br, "Licitações Barão" <licitacao@baraoseguros.com.br>

Spam Score: _____

Tags: _____

Boa tarde,

Prezados, não apresentaremos orçamento pois os itens já estão sendo cobertos por outro corretor.

Estaremos a disposição para futuras cotações.

Nota de Ciência ao Segurado.

A Barão Corretora de Seguros atua exclusivamente como intermediadora na contratação e gestão dos seguros, conforme as normas da SUSEP. A aceitação do risco, vistorias, os valores de cobertura e o pagamento de sinistros são de inteira responsabilidade da seguradora contratada.

Ao receber nossas propostas e apólices, o Segurado declara estar ciente e de acordo com os termos apresentados, comprometendo-se a ler atentamente as condições gerais.

Em caso de dúvidas, solicitações de alteração ou inclusão de coberturas, o Segurado deverá entrar em contato com a Barão Corretora de Seguros para os devidos esclarecimentos e providências.

📌 **Atenção, se você está recebendo apólice ou proposta, favor conferir todos os dados.**

Atenciosamente:

Gabriela Menezes de Azevedo

📞 51 99760-2100 📞 51 3031 6060

✉ comercial4@baraoseguros.com.br



www.baraoseguros.com.br

Rua XV de Janeiro, 121, Sala 903 - Canoas/RS - 92010-300

Precisando de orçamentos para dispensa ou futura licitação?

Em qui., 7 de ago. de 2025 às 12:32, <licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br> escreveu:

▶ ...



ORÇAMENTO

TIPO DE SEGURO: RENOVAÇÃO

Data do Cálculo: 11/09/2025

Válido até: 03/01/2026

Orçamento Canal:

Orçamento Interno 146486214

VIGÊNCIA DAS 24H DO DIA
04/12/2025

ATÉ AS 24H DO DIA: 04/12/2025

SUSEP N.: 15414.002287/2005-31

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Avenida Rio Branco, 1489, Campos Elíseos - São Paulo/SP - CEP: 01205-001

Site: <http://www.portoseguro.com.br>

CNPJ: 61.198.164/0001-60 / Código SUSEP: 05886

RAMO: 118 MODALIDADE: 0 - PORTO EMPRESA

DADOS DO PROPONENTE

NOME NOVA FRIBURGO CAMARA MUNIC	TIPO DE PESSOA JURIDICA	CNPJ/CPF 29.844.172/0001-23	TELEFONE (22)2524-1700
------------------------------------	----------------------------	--------------------------------	---------------------------

DADOS DO CORRETOR

SUSEP LIF8ZJ	NOME DA CORRETORA BARAO CORRETORA DE SEGUROS LTDA	TELEFONE +55 (51) 99982-3061
-----------------	--	---------------------------------

E-MAIL
LICITACAO@BARAOSEGUROS.COM.BR

OBJETO DO SEGURO 1 de 1

LOCAL DE RISCO RUA FARINHA FILHO	NÚMERO 50	BAIRRO CENTRO
CEP 7610-280	COMPLEMENTO	CIDADE NOVA FRIBURGO
		ESTADO RJ

IDADE DO LOCAL: BIBLIOTECA/SEBO (EXCLUSIVO PARA PREDIO)

Atenção: Havendo mais de uma atividade informe ao corretor para que ele enquadre seu seguro corretamente.

COBERTURAS

DESCRIÇÃO	LMI	PRÊMIO LÍQUIDO	P.O.S
INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVE	R\$ 16.000.000,00	R\$ 15.757,58	POS não contratada. ✓
DANOS ELÉTRICOS	R\$ 200.000,00	R\$ 616,82	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00. ✓
TUMULTO, GREVE, LOCK-OUT	R\$ 50.000,00	R\$ 106,97	Não há. ✓
RESPONSABILIDADE CIVIL	R\$ 500.000,00	R\$ 2.014,53	50% 10% das indenizações com mínimo de R\$ 500,00. ✓
QUEBRA DE VIDROS	R\$ 50.000,00	R\$ 2.061,01	10% das indenizações com o mínimo de R\$ 400,00. ✓
RECOMPOSIÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS	R\$ 50.000,00	R\$ 75,44	Não há. ✓
IMPACTO DE VEÍCULOS	R\$ 100.000,00	R\$ 100,67	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00. ✓
VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	R\$ 5.000.000,00	R\$ 7.710,32	10% das indenizações com mínimo de R\$ 1.500,00. ✓
ALAGAMENTO	R\$ 100.000,00	R\$ 3.262,19	20% 20% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00. ✓

BENS COBERTOS

EXCLUSIVO PRÉDIO	VALOR DO EDIFÍCIO	VALOR DO CONTEÚDO
------------------	-------------------	-------------------

CLÁUSULAS DE SERVIÇOS

PLANO COMPACTO - GRATUITO REDE REFERENCIADA - EMP

A LIMPEZA COBERTURA PROVISÓRIA DE PORTAS E JANELAS

COBERTURA PROVISÓRIA DE TELHADOS

Legenda: (E) = reparos emergenciais (S) = serviço em caso de sinistro

CLÁUSULAS PARTICULARES

III - PLACAS/TELHAS METÁLICAS, ISOPAINEL E SUBCOBERTURA TERMO ACÚSTICA

Fica entendido e acordado que conforme descrito no item local de risco das condições gerais, se constatado que a empresa possui em suas instalações/construção o uso de isopainel ou "telha sanduíche" (constituído por chapas metálicas unidas por um material isolante), telha metálica (constituída em diferentes materiais metálicos que podem ser o aço, alumínio, cobre, zinco, ferro), subcobertura termo acústica, lâ de vidro, lâ de rocha e lâ de pet (absorvem a energia sonora, ajudando na melhoria do isolamento) será cobrado prêmio adicional e participação obrigatória, considerando o limite máximo de indenização contratado para a cobertura de incêndio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronave, vendaval e atividade especificada na apólice. Ratificam-se os demais dizeres das condições gerais que não tenham sido alterados pela presente cláusula.

CLÁUSULA PARTICULAR

FICA ENTENDIDO E CONCORDADO QUE, AO CONTRÁRIO DO QUE CONSTA NAS CONDIÇÕES GERAIS, ESTE RISCO IRÁ AMPARAR MMU (MÁQUINAS MÓVEIS E UTENSÍLIOS), ALÉM DE REGISTROS E DOCUMENTOS DE USO NA OPERAÇÃO DO ESCRITÓRIO/ADMINISTRATIVA DO RISCO, PERMANECENDO EXCLUÍDOS OS LIVROS, ACERVOS, REGISTROS, DOCUMENTOS E QUAISQUER ITENS DA OPERAÇÃO DA BIBLIOTECA.

CLÁUSULA PARTICULAR DE RATEIO

Estou ciente e de acordo que somente nos casos em que o valor em risco declarado (VRD) for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor em risco apurado (VRA) no momento do sinistro, o segurado participará proporcionalmente dos prejuízos correspondentes a esta diferença, conforme determina as condições gerais do Porto Seguro Empresa. Quando na ocasião do sinistro o valor em risco apurado (VRA) for inferior ou igual a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) a contratação será a primeiro risco absoluto e não haverá rateio.

DANOS MORAIS NÃO CONTRATADO

Foi disponibilizada para contratação a Cobertura de Danos Morais, porém o segurado optou pela não contratação.

EXCLUSÃO DE BENS DE TERCEIROS

AO CONTRÁRIO DO QUE CONSTA EM BENS COBERTOS PELO SEGURO CONSTANTE NAS CONDIÇÕES GERAIS, ESTE SEGURO NÃO AMPARA EM QUALQUER SITUAÇÃO OS BENS E/OU MERCADORIAS DE TERCEIROS EM PODER DO SEGURADO PARA GUARDA, CUSTÓDIA, ARMAZENAMENTO OU TRANSPORTE. RATIFICAM-SE OS DEMAIS DIZERES QUE NÃO TENHAM SIDO

ALTERADOS PELA PRESENTE CLÁUSULA.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A Porto Seguro (aqui compreendida por todas as empresas pertencentes ao seu grupo econômico), tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos titulares e por isso, declara que o tratamento de dados pessoais se dá para o desempenho de suas atividades legais, observando a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema. 2. A coleta de dados pessoais pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo: na cotação e/ou contratação de seus diversos produtos e serviços, utilizações do site e aplicativos, bem como nas interações com os diversos canais de comunicação, mas sempre respeitando os princípios finalidade, adequação, necessidade, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação e obrigações legais. 3. A Porto Seguro implementará as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais, levando em conta técnicas avançadas disponíveis, o contexto e as finalidades do tratamento. As medidas de segurança atenderão as (I) exigências das leis de proteção de dados; e (II) medidas de segurança correspondentes com as boas práticas de mercado. 4. Os dados pessoais serão, em regra, armazenados pelo tempo que perdurará a relação entre as partes. Entretanto, há situações em que esses dados deverão ser armazenados além do período de relacionamento e essas situações advêm de exigências legais e/ou regulatórias, ou quando for necessário para exercer direitos em processos judiciais ou administrativos. 5. A Porto Seguro possui uma política de privacidade, a qual encontra-se disponível no seguinte endereço www.portoseguro.com.br

VALOR DE NOVO

O seguro foi contratado sem valor de novo, ou seja, em caso de sinistro será aplicada depreciação para apuração dos prejuízos e reposição dos bens. Ratificam-se os demais termos das condições gerais deste seguro que não tenham sido alterados pela presente cláusula.

QUESTIONÁRIO OBRIGATÓRIO

Importante: declarações falsas, inexatas ou omissas implicarão a perda de indenização e o cancelamento da apólice.

QUESTÕES			RESPOSTAS
BENS COBERTOS			EXCLUSIVO PRÉDIO
HOUE SINISTRO NO LOCAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES?			NÃO
O LOCAL DE RISCO POSSUI TELHADO OU FECHAMENTO ESTRUTURAL COM: ISOPAINEL, PLACAS/TELHAS METÁLICAS, SUBCOBERTURA TERMO ACÚSTICA?			NÃO
POSSUI SEGUROS VIGENTES PARA O MESMO LOCAL DE RISCO?			NÃO
DESEJA CONTRATAR INDENIZAÇÃO A VALOR DE NOVO (SEM APLICAÇÃO DE DEPRECIAÇÃO)?			NÃO
VALOR EM RISCO - COBERTURA INCÊNDIO			16000000.00
DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO DO OBJETO			
PRÊMIO LÍQUIDO COBERTURAS R\$ 31.705,53	PRÊMIO LÍQUIDO SERVIÇOS R\$ 0,00	PRÊMIO LÍQUIDO TOTAL R\$ 31.705,53	*VALOR DE DESCONTO R\$ 3.939,40

DESCONTOS

DESCONTO						PERCENTUAL
AGRAVO TÉCNICO						12,00%
DEMONSTRATIVO DE PRÊMIO						
PRÊMIO LÍQUIDO COBERTURAS R\$ 31.705,53	PRÊMIO LÍQUIDO CLÁUSULAS R\$ 0,00	PRÊMIO LÍQUIDO TOTAL R\$ 31.705,53	CUSTO DE APÓLICE R\$ 0,00	VALOR DE DESCONTO R\$ 3.939,40	I.O.F. R\$ 0,00	PRÊMIO TOTAL R\$ 31.705,53

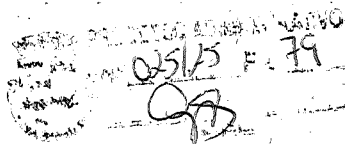
FORMAS DE PAGAMENTO						
DESCRIÇÃO	VALOR DA 1ª PARCELA	VALOR DEMAIS PARCELAS	JUROS	ENCARGOS	VALOR	
1 x 11-A VISTA - BOLETO	R\$ 30.120,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
1 x 21-BOLETO BANCARIO	R\$ 30.120,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 15.852,77	R\$ 15.852,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 10.568,51	R\$ 10.568,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 7.926,39	R\$ 7.926,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 6.341,09	R\$ 6.341,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 5.284,23	R\$ 5.284,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 5.228,98	R\$ 5.228,95	R\$ 4.897,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 4.682,82	R\$ 4.682,85	R\$ 5.757,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 4.259,45	R\$ 4.259,48	R\$ 6.629,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 3.922,03	R\$ 3.922,02	R\$ 7.514,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11 x 41-BOLETO BANCARIO	R\$ 3.647,06	R\$ 3.647,04	R\$ 8.411,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
1 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 30.120,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 15.852,77	R\$ 15.852,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 10.568,51	R\$ 10.568,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 7.926,39	R\$ 7.926,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 6.341,09	R\$ 6.341,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 5.284,23	R\$ 5.284,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 4.887,71	R\$ 4.887,72	R\$ 2.508,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 4.479,75	R\$ 4.479,71	R\$ 4.132,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 4.050,52	R\$ 4.050,53	R\$ 4.749,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 3.707,80	R\$ 3.707,85	R\$ 5.372,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 3.428,07	R\$ 3.428,07	R\$ 6.003,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
12 x 52-ADC, TODAS AS PARCELAS	R\$ 3.195,42	R\$ 3.195,48	R\$ 6.640,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
1 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 30.120,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 15.852,77	R\$ 15.852,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 10.568,51	R\$ 10.568,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 7.926,39	R\$ 7.926,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 6.341,09	R\$ 6.341,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 5.284,23	R\$ 5.284,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 4.529,37	R\$ 4.529,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 3.963,20	R\$ 3.963,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 3.522,81	R\$ 3.522,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 3.170,58	R\$ 3.170,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11 x 62-CARTAO DE CREDITO (TODAS PARC.EM CARTAO)	R\$ 3.428,07	R\$ 3.428,07	R\$ 6.003,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 15.852,77	R\$ 15.852,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 10.568,51	R\$ 10.568,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 7.926,39	R\$ 7.926,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
1-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 6.341,09	R\$ 6.341,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 5.284,23	R\$ 5.284,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 5.228,98	R\$ 5.228,95	R\$ 4.897,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 4.682,82	R\$ 4.682,85	R\$ 5.757,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 4.259,45	R\$ 4.259,48	R\$ 6.629,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 3.922,03	R\$ 3.922,02	R\$ 7.514,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11 x 81-1.A NA CIA, DEMAIS CARNE	R\$ 3.647,06	R\$ 3.647,04	R\$ 8.411,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
1 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 28.614,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
2 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 15.060,12	R\$ 15.060,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 10.040,09	R\$ 10.040,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 7.530,07	R\$ 7.530,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
5 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 6.024,05	R\$ 6.024,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
6 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 5.020,05	R\$ 5.020,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
7 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 4.302,91	R\$ 4.302,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
8 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 3.765,04	R\$ 3.765,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
9 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 3.346,73	R\$ 3.346,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
10 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 3.011,98	R\$ 3.012,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
11 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 2.738,25	R\$ 2.738,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
12 x 97-CARTAO PORTO SEGURO	R\$ 2.510,03	R\$ 2.510,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
OBSERVAÇÕES						

A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico <https://www.gov.br/susep/pt-br>

Este orçamento tem validade de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de sua realização.

As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/susep/pt-br> de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta.

Em atendimento à regulamentação vigente, informamos que incidem as alíquotas PIS 0,65%; COFINS 4,00%, sobre formação de preço.





☆ Dotação Orçamentária - Câmara Municipal de Nova Friburgo

"Gabriela - Barão Seguros" <comercial4@baraoseguros.com.br>

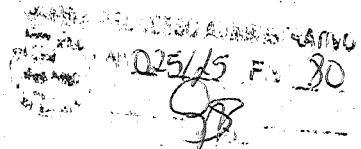
26 de setembro de 2025 às 13:15

Para: licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br

Cc: "Licitações Barão" <licitacao@baraoseguros.com.br>

Spam Score: _____

Tags:



Boa tarde,

Em anexo enviamos a dotação orçamentária, aconselhando que o julgamento seja por item, uma vez que ao precificar por lote ou global pode ocorrer de uma determinada seguradora não participar do certame por não ter aceitação de apenas um item, ficando de fora da disputa.

Assim o Município irá conseguir maior participação para cada item específico, além de atrair mais interessados no certame.

Quando elaborarem o edital é primordial que determinem os valores de franquia, tornando assim a disputa justa para ambos os lados.

Lembramos que;

O Tribunal de Contas da União editou a Súmula (nº 247) cujo teor é claro e plenamente aplicável para licitações, conforme abaixo:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

Prêmio parcelado: 31.705,53

Prêmio à vista: R\$ R\$ 30.120,25

Nota de Ciência ao Segurado.

A Barão Corretora de Seguros atua exclusivamente como intermediadora na contratação e gestão dos seguros, conforme as normas da SUSEP. A aceitação do risco, vistorias, os valores de cobertura e o pagamento de sinistros são de inteira responsabilidade da seguradora contratada.

Ao receber nossas propostas e apólices, o Segurado declara estar ciente e de acordo com os termos apresentados, comprometendo-se a ler atentamente as condições gerais.

Em caso de dúvidas, solicitações de alteração ou inclusão de coberturas, o Segurado deverá entrar em contato com a Barão Corretora de Seguros para os devidos esclarecimentos e providências.

🔔 **Atenção, se você está recebendo apólice ou proposta, favor conferir todos os dados.**

Atenciosamente:

Gabriela Menezes de Azevedo



51 99760-2100



51 3031 6060



comercial4@baraoseguros.com.br



www.baraoseguros.com.br

Rua XV de Janeiro, 121, Sala.903 - Canoas/RS - 92010-300

Precisando de orçamentos para dispensa ou futura licitação?

Em seg., 15 de set. de 2025 às 11:16, <licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br> escreveu:

**Re: Dotação Orçamentária - Câmara Municipal de Nova Friburgo**

"Gabriela - Barão Seguros" <comercial4@baraoseguros.com.br>

2 de outubro de 2025 às 08:58

Para: licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br, "Licitações Barão" <licitacao@baraoseguros.com.br>

Spam Score:

Tags:



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 05/15 - Pág. 81

Bom dia,

Prezada, não conseguimos fazer a alteração das porcentagens pois está de acordo com as políticas da companhia. A apólice deste local que é segurado também tem as mesmas porcentagens do novo orçamento apresentado.

Nota de Ciência ao Segurado.

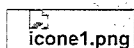
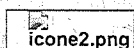
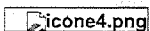
A Barão Corretora de Seguros atua exclusivamente como intermediadora na contratação e gestão dos seguros, conforme as normas da SUSEP. A aceitação do risco, vistorias, os valores de cobertura e o pagamento de sinistros são de inteira responsabilidade da seguradora contratada.

Ao receber nossas propostas e apólices, o Segurado declara estar ciente e de acordo com os termos apresentados, comprometendo-se a ler atentamente as condições gerais.

Em caso de dúvidas, solicitações de alteração ou inclusão de coberturas, o Segurado deverá entrar em contato com a Barão Corretora de Seguros para as devidas esclarecimentos e providências.

⚠ **Atenção, se você está recebendo apólice ou proposta, favor conferir todos os dados.**

Atenciosamente:

Gabriela Menezes de Azevedo51
99760-
210051
3031
6060

comercial4@baraoseguros.com.br

Rua XV de Janeiro, 121, Sala 903 - Canoas/RS - 92010-300

Precisando de orçamentos para dispensa ou futura licitação?

Em qui., 2 de out. de 2025 às 08:15, <licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br> escreveu:

...



☆ RES: Cotação de preços para seguro Predial para a Câmara Municipal Friburgo/RJ.
"CONESP BRASIL SEGUROS - DEPTO. COMERCIAL DE CONTRATOS SEGUROS" < licitacao@conespseguros.com.br >

29 de setembro de 2025 às 08:49

Para: licitacao@novafriburgo.rj.leg.br

Cc: licitacao@conespseguros.com.br

Spam Score: _____

Tags:



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 0251/25 Fls. 33

[Assinatura]
GPE



Gislaine, bom dia!

adeço a solicitação e o tempo em aguardar nosso retorno.

Informo que, a seguradora não aceitou nossa proposta pois analisaram o termo de referencia e o mesmo esta em desacordo as normas da companhia.

QUESTIONAR

Aguardamos uma nova oportunidade para atende-la nos principais ramos de seguro do mercado.

Atenciosamente,



#conespseguros



Agatha Agostinho

Gestora de Contratos de Seguros
CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA

E CORRETORA DE SEGUROS

Corretora autorizada Susep nº 201001835

Fone: +55 11 2366-4125



+55 11 98524-2434

GD ≠ PD

Visite o nossa page: fb.me/conespbrasilseguros

Nosso propósito é garantir e proteger o Patrimônio Público



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
RIO DE JANEIRO
29.844.172/0001-23
NOTA DE EMPENHO Nº 0000225/2024



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/15 Fls. 83

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

O ordenador da Despesa, para efeito de execução orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que seja empenhada, neste exercício, a importância a seguir especificada.

Exercício : 2024
Ficha : 0000029
Processo : 0000054/2024
Despesa: Normal

Tipo: Ordinário
Data : 27/11/2024
Valor : 24.184,01

Órgão : 01 - CÂMARA MUNICIPAL
Unidade Orçamentária : 001 - CÂMARA MUNICIPAL 2023
Função : 01 - LEGISLATIVA
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa : 0106 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade : 2.294 - MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO
Elemento de Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso : 150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Favorecido : 449 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Bairro : Campos Elíseos
Endereço : AV Rio Branco
Telefone Fixo :
Celular : -

CNPJ/CPF : 61.198.164/0001-60
Cidade : São Paulo
UF : São Paulo
PIS PASEP :

Histórico : Valor empenhado para contratação de seguro predial, conforme Dispensa nº 039/2024, PA-CPL 054/2024

Subelemento: 33903999000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Anterior	50.023,93	Despesa Empenhada	24.184,01	Saldo Disponível	25.839,92
----------------	-----------	-------------------	-----------	------------------	-----------

(vinte e quatro mil cento e oitenta e quatro reais e um centavo)

Reserva : 88/2024 Data : 21/11/2024

Dispensa/Inexigibilidade : 113 - Lei 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, I Número Proc. Dispensa/Inexigibilidade :

LANÇAMENTOS

Nº	Débito	Valor	Crédito	Valor
Empenho - Emissão de Empenho - Outras Despesas Correntes				
O 1	522920101000 - EMISSÃO DE EMPENHOS	24.184,01	622130100000 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	24.184,01
O 1	622120200000 - CRÉDITO PRE-EMPENHADO	24.184,01	622910200000 - PRE-EMPENHOS EMPENHADOS	24.184,01
O 1	622910100000 - PRE-EMPENHOS A EMPENHAR	24.184,01	622920101000 - EMPENHOS A LIQUIDAR	24.184,01
C 1	821110100000 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXER	24.184,01	821120100000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE	24.184,01

Declaro que a importância supra foi deduzida do crédito próprio.

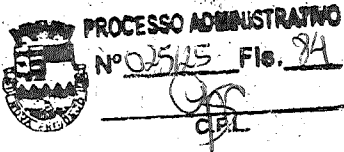
Autorizo o empenho da despesa supra mencionada.

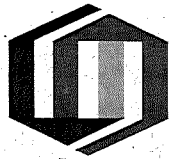
Carlos José Gonçalves
Servidor Responsável pelo Empenho
Matr. 038

Max Bill Monteiro Ratamero
Presidente da Câmara
Matr. 2042

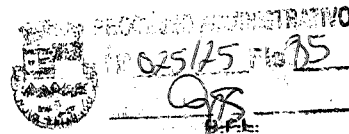
Planilha2

	CMNF	ORÇ	Média	Mediana
Seguro Predial	R\$ 24.184,01	R\$ 31.705,53	R\$ 27.944,77	R\$ 27.944,77





CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
A Casa do Povo Friburguense



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório de levantamento de preços

Agente de contratação e a Equipe de apoio designada pela Portaria nº 2.957/2025,
publicada em 03 de janeiro de 2025.

Processo Administrativo/CPL nº 025/2025

Dispensa de Licitação nº 011/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Predial para a Câmara Municipal de Nova Friburgo/RJ.

Servidora responsável: Gislaine Silva

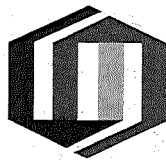
Matrícula: 1267

Cargo: Auxiliar Administrativo

¶ A servidora Patrícia Maia Stutz, Diretora de Planejamento e Compras, solicitou a abertura de processo visando Contratação de empresa especializada em transmissão Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Seguro Predial para a Câmara Municipal de Nova Friburgo, conforme Termo de Referência. O pedido foi protocolado sob o nº 677/2025 e sua tramitação foi devidamente autorizada pelo Secretário Geral e encaminhado o processo ao setor responsável pela pesquisa de mercado, que obedeceu aos critérios estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal 14.133/2021 e no artigo 58 da Resolução Legislativa nº 2.555/2023 da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

¶ Face ao exposto, informo que não foi possível cumprir o Inc. I, § 1º do artigo 23, e o Inc. I, artigo 58, da Lei 14.133/2021 e da Resolução Legislativa nº 2.555/2023, respectivamente, visto que o Prédio do Poder Legislativo possui singularidades que impedem encontrar outras contratações públicas que se assemelham, devido ao fato de haver uma biblioteca anexa ao prédio. Desta maneira, destaco que procurei no PNCP seguro de bibliotecas, mas havendo somente biblioteca, o seguro muito se distingue do requerido para a Câmara Municipal de Nova Friburgo. Portanto, não foi possível usar na estimativa de preços, nem seguros que só abrangem prédios que possuem apenas documentos administrativos em seus arquivos, nem prédios que abrigam apenas biblioteca, pois nenhum deles representam a realidade da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

3 Ademais, vale ressaltar que no ano anterior, por duas vezes a Dispensa Eletrônica (Dispensa nº 024/20224 e Dispensa nº 034/20204) feita para Seguro Predial não foi efetiva,



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
A Casa do Povo Friburguense

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/25 Fls. 36
C.P.L.
C.P.L.

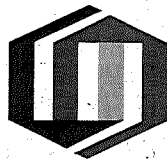
sendo uma deserta e a outra fracassada, devido ao valor estimado estar abaixo do praticado no mercado.

Destaco que na última contratação do objeto, devido a falta de conhecimento de mercado, a pesquisa considerou os valores encontrados no PNCP, e por isso o valor estimado ficou muito baixo e consequentemente as Dispensas deserta e fracassada. Após tais fatos e conversas com empresas que trabalham com seguros, conclui-se que as singulares já explicadas acima afetam o valor do Seguro da Câmara e por isso as seguradoras não participaram das Dispensas ocorridas, já que não era possível oferecer a cobertura com o valor estimado pela administração.

Diante do exposto não é prudente usar os valores do PNCP, visto que usá-los acarretaria novamente em Dispensa deserta ou fracassada.

Cumprindo o Inc. IV e ao Inc. V da Lei de Licitações e Contratos e da Resolução Legislativa, respectivamente, foram enviados e-mails, nas datas de 12/08/2025 e 24/09/2025 com pedidos de orçamento, para as seguintes empresas:

- 1) CONSYSUS CORRETORA DE SEGUROS;
- 2) BARÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA; FONTES DADOS
- 3) HEMB SEGUROS E CERTIFICAÇÃO DIGITAL;
- 4) ROBERTA GALVEZ CORRETORA DE SEGUROS LTDA;
- 5) LOUBACKSEG ADM E CORR DE SEGUROS LTDA ;
- 6) FORTEBENS SEGUROS;
- 7) GENTE SEGURADORA S/A;
- 8) MXV SEGUROS;
- 9) NEW SEG CORRETORA DE SEGUROS;
- 10) VERBA CORRETORA DE SEGUROS;
- 11) AGRE SEGUROS;
- 12) AMEG SEGUROS;
- 13) CONESP SEGUROS;
- 14) MASTERSEG CORRETORA DE SEGUROS.



CÂMARA DE
VEREADORES DE
NOVA FRIBURGO
A Casa do Povo Friburguense

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 025/15 Fis. 81

C.P.L.

1 As empresas para as quais o e-mail foi enviado, foram aquelas que enviaram orçamento para a Câmara Municipal de Nova Friburgo em cotações anteriores; empresas que prestam o serviço de seguro na cidade, e outras encontradas em buscas pela internet.

2 A empresa Barão Seguros enviaram o orçamento solicitado. A empresa Conesp respondeu que não apresentaria cotação, pois a seguradora não aceita estimativa como modalidade para o ramo predial. As demais empresas não enviaram orçamento, nem responderam ao e-mail.

3 Destaco que no orçamento enviado pela empresa Barão Seguros, há duas divergências em relação ao requerido no Termo de Referência, todavia ao ser questionada a empresa respondeu que as porcentagens enviadas no orçamento, estão de acordo com as políticas da companhia, não sendo possível fazer alterações.

4 Em relação ao Inc. III da resolução Legislativa anteriormente mencionada, utilizei o valor da última apólice de seguro da Câmara Municipal de Nova Friburgo sem reajuste inflacionário, visto que ainda está vigente.

5 Esclareço que devido as peculiaridades do objeto, não é possível encontrar preços em sítios eletrônicos, e como já explicitado anteriormente, não é prudente usar os valores de outras contratações públicas devido as particularidades do Prédio do Poder Legislativo Friburguense, portanto não é possível cumprir com eficiência o que preza a Lei 14.133/2021 em relação a fonte de preços diversificada, para formação da estimativa.

6 Sendo assim, como na planilha de formação de preços, há apenas o valor da última contratação da Câmara e o valor orçado pelo Barão seguros, considerando que média e mediana ficaram com o mesmo valores, sugiro o para estimativa de preços, usar o valor obtido na média.

7 Declaro que a busca de preços foi realizada da forma mais ampla possível, observando as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.

Nova Friburgo, 03 de outubro de 2025.

Gislaine Silva
Auxiliar Administrativo
Mat.1267



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

ANEXO VI

CHECKLIST DA PESQUISA DE PREÇOS



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 025/25 Fis. 31

SF
C.P.L.

LISTA DE VERIFICAÇÃO - PESQUISA DE PREÇOS	Atende plenamente a exigência?	Indicar folhas/Parágrafos/
Processo CPL n: 025/2025		
1. Foram adotados os seguintes parâmetros na pesquisa de preços para a aquisição de bens ou contratação de serviços:		
Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como painéis de preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente?	Não se aplica	_____
Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da conclusão da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços - SRP, observado o índice de atualização de preços correspondente?	Não	Pág.85- 2º e 3º parágrafos. Pág.86-1º e 3º parágrafos.
Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo poder público, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e hora de acesso?	Não	Pág.87- 5º parágrafo.
Pesquisa com fornecedores mediante solicitação formal de cotação, desde que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital?	SIM	Pág.86-3º e 4º parágrafos
Pesquisa na base nacional e/ou estadual de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, na forma do regulamento?	Não se aplica	_____
Contratação anterior celebrada pelo órgão?	SIM	Pág.87-4º parágrafo
2. Caso assinalado "não" nos itens anteriores, foi apresentada justificativa?	SIM	Pág.85 e 86
3. No caso excepcional de admissão de preço estimado com base em orçamento fora dos prazos previstos nos itens anteriores, houve justificativa pelo agente responsável e observância do índice de atualização de preços correspondente?	Não se aplica	_____
4. No caso da pesquisa de mercado por meio de buscas em portais de compras de governo, bancos de preços, sítios eletrônicos ou quaisquer outros veículos de divulgação, a procura levou em consideração a todos os termos possíveis e expressões que o objeto possa possuir, garantindo a maior amplitude possível da pesquisa, a fim de se obter a maior quantidade de resultados possíveis para a formação da estimativa do valor da contratação?	Não se aplica	_____
5. A pesquisa de preços conta com a identificação das fontes, data e hora de acesso?	Não se aplica	_____
6. O Relatório de Levantamento de Preços registrou todos os termos de busca empregados nas pesquisas às fontes?	Não se aplica	_____
Foi realizada consulta formal de preços aos fornecedores na forma prevista do §3º do art. 58 da Resolução Legislativa nº 2.555/23?	SIM	Pág.86-3º e 4º parágrafos
Houve justificativa para a escolha dos fornecedores?	SIM	Pág.87-1º parágrafo
Dentro dos potenciais fornecedores aptos do item anterior, a consulta foi direcionada a todos cujas atividades econômicas guardam pertinência com o objeto da contratação?	SIM	Pág.86-3º e 4º parágrafos
O prazo de resposta conferido aos fornecedores foi compatível com a complexidade do objeto; não inferior a 05 (cinco) dias úteis?	SIM	Pág.86-3º e 4º parágrafos
Na hipótese de situação emergencial que demande prazo inferior para resposta, consta dos autos justificativa?	Não se aplica	_____
Caso a pesquisa direta com fornecedores não tenha retornado o mínimo de 3 (três) orçamentos, consta referência nos autos?	SIM	Pág.87-2º parágrafo
7. Na hipótese de consulta direta a fornecedores, foram observados os seguintes requisitos, a saber:		
Anexou o termo de referência/projeto básico atualizados?	SIM	Pág.86-3º e



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 025/5 Fls. 89

		4º
Registrou a data do envio e o prazo para recebimento da resposta?	SIM	parágrafos Pág.86-3º parágrafo
Foi atestado que as cotações remetidas contêm os elementos mínimos fixados na Resolução Legislativa nº 2.555/23?	Não se aplica	
A consulta direta a fornecedores observou o sigilo das propostas?	SIM	
As propostas apresentadas possuem formato que assegure a inalterabilidade do conteúdo e da data e horário em que foram gerados?	Não se aplica	
Identificação da empresa?	Não se aplica	
Idoneidade da empresa?	Não se aplica	
Compatibilidade da atividade da empresa com o objeto da licitação?	Não se aplica	
Foi atestada, quanto a cada preço encontrado, a similaridade das condições de oferta e de contratação praticadas com as especificações do objeto?	Não se aplica	
Na hipótese de utilização de propostas ofertadas em processos licitatórios anteriores realizados no órgão, observou-se o interstício máximo possível e a compatibilidade com os preços praticados no mercado?	Não se aplica	
Foram constatados valores inexequíveis ou excessivamente elevados, considerando os preços coletados?	Não se aplica	
No caso de constatada grande variação entre os valores apresentados, a análise crítica foi minuciosa?	Não se aplica	
A análise crítica dos preços observou os fatores intervenientes no preço previstos no art. 60 da Resolução Legislativa nº 2.555/23?	Não se aplica	
Foram descartados os preços que: (i) não refletem a realidade de mercado; (ii) apresentam grande variação em relação aos demais; ou (iii) são inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?	Não se aplica	
Em caso positivo, foi apresentada justificativa técnica, a partir de critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, para a exclusão de cada preço?	Não se aplica	
Foram considerados, no mínimo, três preços válidos?	Não	Pág.84
Caso tenham sido utilizados menos de três preços válidos, houve justificativa?	SIM	Pág.86-5º parágrafo
Contempla todos os preços coletados, sendo estes ou aproveitados ou expressa e formalmente desconsiderados de forma detalhadamente motivada?	Sim	Pág.84
Foram utilizados a média, a mediana ou o menor dos valores como metodologia?	SIM	Pág. 84
A adoção do critério anterior foi justificada?	SIM	Pág.87-6º parágrafo
Se adotados critérios ou métodos para a obtenção do orçamento estimado diferentes dos previstos anteriormente, foi apresentada justificativa pelo servidor responsável e autorizado pela autoridade competente?	Não se aplica	
O relatório de levantamento de preços demonstra o tratamento estatístico aplicado à série (amostra) de preços coletados?	Sim	Pág.87-6º parágrafo
Se utilizada para a estimativa do preço exclusivamente a composição de custos unitários com base nos sistemas oficiais de governo, o valor é igual ou inferior à mediana do item nos sistemas consultados?	Não se aplica	
Caso se trate de hipótese de contratação de serviços, houve o detalhamento do orçamento estimado em planilhas, que expressem a composição dos custos unitários?	Não se aplica	
No caso de a natureza do objeto a ser contratado ter tornado inviável ou desnecessário esse detalhamento do item anterior, houve justificativa no processo?	Não se aplica	

Servidor Responsável pela pesquisa de preços:

Gislaine Silva

Auxiliar Administrativo

1267



CAMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



025/25 90

COTAÇÃO DE PREÇOS (CONSOLIDADO - MÉDIA)

Processo	Pesquisa de Preços Nº 000029/2025 Processo Nº 000025/2025 Abertura 03/10/2025 às 14:18				
Objeto	Serviços de seguro predial				
Item	00001 - Seguro predial				
Fornecedor	Classificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	
1 PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	01	unidade	1,00	24.184,010	
2 BARÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	02	unidade	1,00	31.705,530	

Valor Mínimo (R\$)	24.184,010
Valor Máximo (R\$)	31.705,530
Valor Médio (R\$)	27.944,770
Mediana (R\$)	27.944,770
Coefficiente Variação (%)	19,03% - Baixa Dispersão

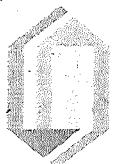
Método Utilizado	Média ou Mediana
Preço Pesquisado (R\$)	27.944,770
Preço Pesquisado Total (R\$)	27.944,77

Resumo - Lançamentos (Por Tipo Produto)

Total Médio Material Consumo:	R\$ 0,00
Total Médio Material Permanente:	R\$ 0,00
Total Médio Serviços:	R\$ 27.944,77
Total de Preço Médios:	R\$ 27.944,77

Resumo - Participantes

Código	Fonte de Pesquisas	CNPJ / CPF
0006943	BARÃO CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	72462195000100
0001664	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	61198164000160



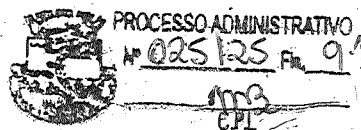
CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Processo CPL nº: 25/2025
Dispensa eletrônica nº: 11/2025
Contrato: -----
Assunto: contratação de seguro predial

Parecer



1 – Do contexto

O presente processo administrativo foi encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação a este Controle Interno para manifestação de conformidade dos procedimentos empregados na contratação direta, dispensa de licitação nº 11/2025, forma eletrônica, cujo objeto corresponde à aquisição de tapetes personalizados modelos e especificações constantes do Documento de Formalização da Demanda.

2 – Da adequação do objeto à modalidade licitatória

Consoante ao disposto na Nova Lei de Licitação e normativo interno supracitado, a aplicabilidade da dispensa está condicionada às hipóteses do art. 75 da Lei nº 14.133/21, no caso em análise, refere-se ao disposto no inciso II, dispensa por valor¹.

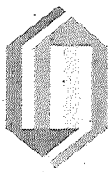
3 – Das formalidades e do exame

A contratação por dispensa eletrônica, em observância ao que dispõe a Resolução Legislativa nº 2.555/2023, deverá atender as etapas elencadas no art. 79 a 99 do mesmo instituto, cuja comprovação consta materializada em evidências enumeradas abaixo:

1. Manifestação da Diretoria de Planejamento e Compras acerca da possibilidade ou não de prorrogação contratual (fl. 3)
2. Manifestação da fiscalização do contrato de seguros sobre a avaliação da prestação do serviço e do custo do seguro frente à ocorrência de sinistros (fl. 4)
3. Checklist da prorrogação dos contratos (fl. 5)
4. Manifestação da contratada em prorrogar a vigência contratual (fl. 6)

¹ - valores atualizados pelo Decreto nº 12.343/2024.

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=12343&ano=2024&ato=039aXQU1UNZpWTbf>

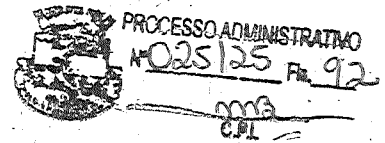


CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

5. Comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista (fls. 7/18)
6. Apólice em vigor (fls. 19/33)
7. Documento de Formalização da Demanda e documentação de suporte (fl. 34)
8. Termo de Referência e anexos (fls. 35/48)
9. *Checklist* da fase preparatória (fls. 49/57)
10. Pesquisa de preços e documentos de suporte (fls. 58/83)
11. Análise crítica e memória de cálculo do orçamento estimado (fl. 84)
12. Relatório de levantamento de preços (fls. 85/87)
13. Checklist da pesquisa de preços (fls. 88/89)
14. Relatório consolidado de preços médios (fl. 90)



No caso em comento, busca-se à contratação de seguradora. As justificativas encontram-se no Documento de Formalização da Demanda e todas as condições pormenorizadas da contratação estão disciplinadas no Termo de Referência, em observância às diretrizes previstas na legislação.

Para os elementos que instruem a fase preparatória processo de contratação, são eles:

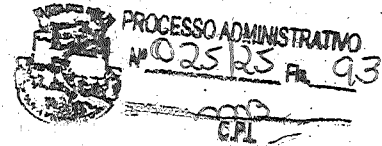
1. Estudo técnico preliminar – dispensado com base no inciso IV do art. 44 da Resolução Legislativa nº 2.555/23;
2. Termo de Referência, elaborado nos moldes do art. 48;
3. Estimativa da despesa, observou os parâmetros dos artigos 58 e 59 da Resolução Legislativa nº 2.555/2023;
4. Análise de riscos, será utilizada conforme o caso, segundo parágrafo único do art. 11 da Instrução Normativa Conjunta nº 02/2024, será dispensada nos casos em que envolva contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade como o caso em tela, com coberturas com praxe de mercado e histórico de contratações sem ocorrências de sinistro;
5. Minuta de termo de contrato, não aplicável à contratação, formalização mediante apólice de seguros;
6. **Divulgação de aviso para obtenção de propostas adicionais, não implementado;**
7. **Parecer jurídico, pendente;**
8. **Aviso de contratação direta, pendente de elaboração; e**
9. **Verificação da disponibilidade de recursos orçamentários, pendente**



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro



de elaboração.

Todos os demais itens que compõem a fase preparatória foram apresentados, exceto o mencionado anteriormente, portanto, verifica-se **PARCIALMENTE** a regularidade das formalidades de instrução processual.

4 – Da pesquisa de preços

A pesquisa de preços contou com 2 (dois) parâmetros de consulta empregados de forma combinada: pesquisa direta com fornecedores e contratação anterior de mesmo objeto, cumprindo assim o que disciplina o art. 61 da Resolução nº 2.555/23.

Da análise crítica dos preços coletados observou-se:

1. Descrição das fontes consultadas, utilizadas de forma combinada;
2. Justificativa dos parâmetros escolhidos para coleta de preços;
3. **Descritivo das limitações da pesquisa que se apresentaram na coleta;**
4. **Justificativa da composição do orçamento com base em apenas 2 (dois) preços válidos, comprometendo a diversificação de parâmetros na pesquisa de preços;**
5. Série de preços coletados e análise crítica; e
6. Justificativa do método estatístico aplicado e memória de cálculo do orçamento estimativo.

5 – Das observações

10



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025125 FL. 94
CPL

5.1. Consta nos autos manifestação da Diretoria de Planejamento e Compras quanto à avaliação de vantajosidade entre a prorrogação da apólice em vigor nº 118 86 4064016 e a realização de novo certame, considerando as limitações interpostas pela Contratada no sentido de a ratificação do orçamento de renovação somente seria possível próximo da data de vencimento da referida apólice o que poderia ocasionar ausência de cobertura caso haja reajuste do prêmio ou recusa do risco contratado (fls.3 e 6);

5.2. Em relação ao posicionamento da fiscalização (fl. 4), de considerar a reavaliação no valor atual do seguro contratado, por ser dispendioso e sem ocorrência de sinistralidade observado no período, há que se ter em conta que a modelagem da atual contratação engloba aumento e inclusão de coberturas, inclusive da Biblioteca Municipal, que por suas peculiaridades onera o preço da contratação (materiais inflamáveis, acervos e etc.);

5.3. O *checklist* utilizado não corresponde a legislação que fundamenta a contratação (fl. 5);

5.4. Em análise a especificação das coberturas e indenizações constante no Documento de Formalização da Demanda-DFD (fl. 34) e no Termo de Referência-TR, item 4.1 e 4.11- (fls. 36/37), foi possível identificar que os percentuais e valores das participações obrigatórias dos segurados divergem dos parâmetros da apólice de seguro atual (fl. 24) assim como da proposta de preços apresentada pela seguradora (fl. 76). Questionada sobre estas divergências, a seguradora aponta que os percentuais estão de acordo com a política da empresa e inclusive são os mesmos parâmetros da atual apólice de seguros (fl. 81);

5.5. Há observação relevante no Termo de Referência que pode influenciar o custo da apólice de seguros, itens 4.2 e 4.12 do TR (fls. 36/37), no qual se destaca que a Biblioteca Municipal não possui acervo histórico, servindo apenas como ambiente de estudo e que não será exigido cobertura para alguns itens da Biblioteca Municipal;

5.6. Consta no Termo de Referência, item 4.7, a justificativa para os valores das coberturas, tendo como fundamento contratação anterior cujos parâmetros não houve alterações significativas, porém não foram demonstrados nos autos (fl. 36);

5.7. Consta substituição de vistoria por declaração formal nos termos do §3º do art. 63 da Lei nº 14.133/21 (fl. 38);

5.8. Na forma prevista da legislação, a vedação de participação de pessoas físicas foi devidamente justificada, item 9.1.1-TR (fl. 40);

5.9. O *checklist* da dispensa de licitação não foi anexado aos autos;

10



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/25 Fl. 95
CM

5.10. Foram concedidos prazos de orçamentação diferentes para as seguradoras (fls. 63/64);

5.11. Uma das seguradoras participantes da cotação de preços informou que o Termo de Referência está em desacordo com as normas da empresa (fl. 82);

5.12. O valor da apólice atual de seguros (R\$ 24.184,01/fl. 83) é aproximadamente 31% menor do que o valor da cotação atual (R\$ 31.705,53/fl. 71);

5.13. Há manifestação de uma das seguradoras participante no sentido que o julgamento das propostas seja processado por item (fl. 80);

5.14. A planilha de preços coletados demonstra apenas 2 (dois) preços válidos (fl. 84);

5.15. Não foi verificada a disponibilidade de recursos orçamentários; e

5.16. Não consta como nos autos aviso da dispensa eletrônica e anexos.

6 – Das recomendações

6.1. Considerando que no ano anterior as especificações do Termo de Referência foram alteradas para se adequar as políticas praticadas pelas seguradoras e que o certame foi realizado por duas vezes, sendo um deserto e outro fracassado, fato reforçado pelo apontamento do item 5.11, se for o caso de nova contratação, recomendo que a Diretoria de Planejamento reveja o item 5.4;

6.2. Ao servidor responsável pela pesquisa de preços, após ajustes do item 6.1, remetam novamente o Termo de Referência para nova cotação, destacando os pontos do item 5.5 e da alteração dos percentuais de participação obrigatória dos segurados;

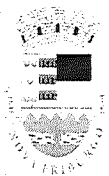
6.3. Se deliberarem por nova contratação, à Diretoria de Planejamento e Compras para providências dos itens 5.6 e 5.9;

6.4. Ao servidor responsável pela pesquisa de preços, para que conceda nas próximas contratações o mesmo prazo para orçamentação a todas empresas consultadas de modo a não ferir a isonomia entre as participantes;

6.5. Considerando os apontamentos do item 5.1, diante do fato pontuado no item 5.12, após providenciar o item 6.2, permanecendo o valor superior ao valor contratado atualmente, retornem com os autos para os gestores/fiscais conforme solicitado pela Diretoria de Planejamento e Compras (fl. 3), enfatizando que esse retorno deve ser o mais breve possível para que se a seguradora não ratificar a prorrogação haja tempo hábil para continuidade do processo de nova contratação;

Checklist

Estado do Rio de Janeiro



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 025/25 Fl. 96
CPL

6.6. Se for o caso de nova contratação, ao jurídico para análise da manifestação constante do item 5.13;

6.7. Se deliberarem por nova contratação, em relação ao item 5.14, providenciem o item 6.2 para obtenção de outros preços válidos;

6.8. Após os ajustes, se for o caso de realização de nova contratação, providenciem a reserva de dotação orçamentária; e

6.9. Após as correções, se for o caso de realização de nova contratação, anexem minuta do aviso de dispensa eletrônica aos autos.

Lembrando que ao se decidir pela prorrogação e se isso for “possível”, corre-se o risco de abrir mão de uma proposta mais vantajosa na disputa da dispensa eletrônica ou, na contramão, dado o histórico recente, realizar a seleção e incorrer em uma dispensa deserta ou fracassada ou ainda, contratação por valor superior ao preço da prorrogação, o que implicaria ou não, conforme o caso, na impossibilidade da prorrogação a depender da data de conclusão dos trâmites da dispensa eletrônica, por consequência ausência de cobertura dos riscos segurados.

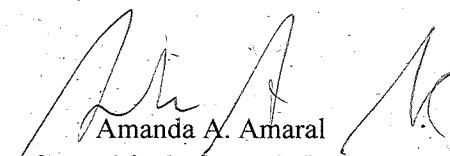
Diante dos fatos relatados, acredito que a decisão sobre prosseguir ou não com uma nova contratação deve ser sopesada em conjunto pela fiscalização do contrato e a equipe de planejamento da contratação mediante os prós e contras envolvidos.

7 – Da conclusão

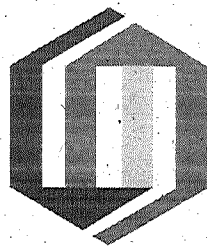
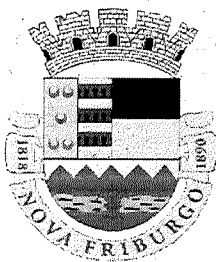
Ante ao exposto, este Controle Interno manifesta-se pela regularidade dos procedimentos empregados na fase preparatória, opinando, assim, pelo seu prosseguimento, desde que observadas as recomendações do presente parecer.

É o parecer.

Nova Friburgo, 16 de outubro de 2025.


Amanda A. Amaral
Secretária de Controle Interno
Mat. 1536 - CRC RJ: 090769/O-9

Estado do Rio de Janeiro



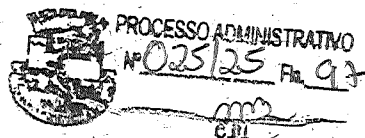
CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO

Nova Friburgo, 30 de outubro de 2025.

A Ilma. Sra. Agente de Contratação

Memorando 112/2025

Processo CPL: 025/2025



Ilma. Servidora,

Considerando o parecer do Controle Interno de fls. 91 a 96, venho por meio deste esclarecer os seguintes pontos:

Na pesquisa de preços realizada pelo setor de Licitação, observou-se dificuldade para conseguir cotações. A mesma dificuldade foi encontrada em contato realizado pelo setor de Planejamento e Compras com outras empresas do ramo. Ao questionar o motivo, foi retornado que muitas não trabalham com órgãos públicos e que o fato de haver a Biblioteca Municipal no prédio da Câmara Municipal de Nova Friburgo faz com que as seguradoras não aceitem o risco. Documentos probatórios em anexo.

Somado a isso, a única cotação recebida na pesquisa de preços retornou valor maior (R\$31.705,53) do que a apólice atual (R\$24.184,01), aproximadamente 31% acima. Em paralelo, no dia 29 de outubro de 2025, a empresa do contrato vigente retornou um e-mail informando que tem interesse na renovação com reajuste de, aproximadamente, 4,88%.

Tendo em vista que o reajuste ofertado está dentro do valor do índice IPCA previsto no Termo de Referência e considerando os apontamentos supracitados, optamos pela renovação do atual contrato. Aproveitamos para informar que esta será realizada em processo apartado.

Atenciosamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Glaucio Soares Pena Perrut

Olá, boa tarde

tudo bem?

qual seria a dúvida?

Olá, bom dia! tudo bem?

a seguradora não nos especificou, mas podemos tentar verificar

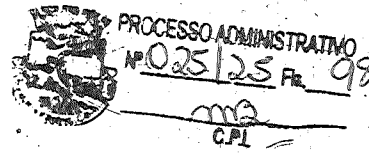
Boa tarde!

Verificamos, analisamos o termo de referência e a Seguradora não tem aceitação para risco devido o prédio da sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo funcionar também, a Biblioteca Municipal.

Você sabe me dizer se, em geral, isso é um empecilho?

Sim.

A única Seguradora que sei que tem aceitação, mas dependendo do risco é a Porto Seguro, mas aí depende de análise de vistoria.



Atenção: mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Data: 24/10/2025. Ao fazer parte de conversa privada, suas mensagens ficarão visíveis apenas para o(s) participante(s).

Olá Glauco, bom dia! Tudo bem?
Me chamo Rafael, trabalho na corretora ZL Brasil.

Recentemente você realizou uma cotação em nossos portais, com interesse em seguro empresarial.
Somos especialistas nesse segmento e trabalhamos com foco em qualidade e menor custo possível.

Adoraria ajudá-lo a encontrar o seguro mais adequado para sua empresa!
Gostaria de fazer uma cotação, sem compromisso.

WhatsApp

Você está conversando com uma conta comercial. Selecionar para saber mais.

ola 10:16 ✓
Gostaria de solicitar a colação de seguro predial para a Câmara Municipal de Nova Friburgo/RJ 10:16 ✓

Glauco, vocês irão precisar de licitação? 10:17

entendi, o cnpj ele será de órgão público? 10:17

pois se for não vamos conseguir atender, pois ao informar o cnpj em sistema das seguradoras, elas já entendem que é órgão público e mesmo sendo compra direta, nossa corretora não consegue comercializar 10:18

seria compra direto 10:17 ✓

hum sim 11:01 ✓

é órgão público mesmo 11:01 ✓

sabe de alguém que trabalhe? 11:01 ✓

Boa tarde, infelizmente não conheço. 14:02

Ontem

obrigado 10:19 ✓



PROCESSO ADMINISTRATIVO
M025125 Fl. 99
CPL

CNPJ (da sede e subsedes):

E-mail:

Possui seguro atualmente? Se sim, favor enviar a apólice anterior.

Atividade exercida:

Endereço do local de risco:

Valor do imóvel ou cobertura desejada:

29.844.172/0001-23

planejamento@novafriburgo.fjleg.br

Porto Seguro

Contrato no 019 de 2024 - Apólice nov...

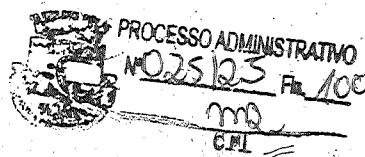
Microsoft Edge PDF Document • 972 KB

Abriu Salvar como...

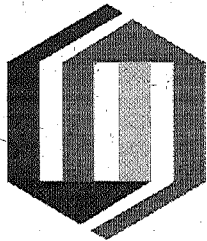
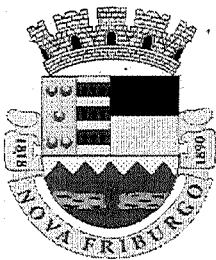
Bom dia Glauco, tudo bem?

Infelizmente não conseguimos aceitação para essa demanda, por se tratar de órgão público.

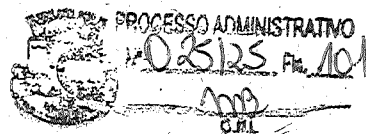
Geralmente a Gente Seguradora.



Obrigado



CÂMARA
MUNICIPAL DE
NOVA FRIBURGO



Nova Friburgo, 03 de novembro de 2025.

Ao setor de Licitação

Memorando 121/2025

Processo Administrativo CPL nº 025/2055

Ilma. Servidora,

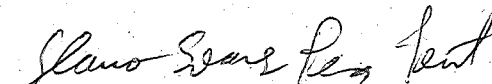
Considerando que o serviço objeto do processo supracitado será prorrogado através do contrato nº 019/2024, vimos por meio deste solicitar a revogação e posterior arquivamento do processo nº 025/2025.

Atenciosamente,


PATRICIA MAIA N. STUTZ

Diretora de Planejamento e Compras

mat. 2164


GLAUCO SOARES P. PERRUT

Auxiliar Administrativo

mat. 1580

Ciente, de acordo:

DIRCEU SILVESTRE
TARDEM:07866465
789

Assinado de forma digital por
DIRCEU SILVESTRE
TARDEM:07866465789
Dados: 2025.11.03 12:02:34
+03'00'

Dirceu Silvestre Tardem

Vereador Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo

mat. 2142